

GREVE DE MASSA E CRISE POLÍTICA

(estudo da Greve dos 300 Mil
em São Paulo - 1953-54)

JOSÉ ÁLVARO MOISÉS

O problema da recuperação histórica das tradições de lutas sociais e políticas das classes populares no Brasil e na América Latina contemporâneos, ocupa papel central em face dos desafios políticos da hora presente. É essa recuperação que pode indicar os momentos e, nesses momentos, os processos pelos quais estas classes foram capazes de se afirmar como *atores históricos com vontade própria*.

Os dois trabalhos deste livro focalizam a Greve dos 300 Mil em São Paulo, e mostram, em planos diversos, *onde e como* o agente histórico dominado, o proletariado, é, ao mesmo tempo, o agente da liberação e da história que se abre para o futuro.



Teoria e História

polis

"Descuidar — e ainda mais, depreciar — os movimentos chamados "espontâneos", ou seja, renunciar a dar-lhes uma direção consciente, a elevá-los a um plano superior, integrando-os na política, pode freqüentemente ter conseqüências sérias e graves."

(*"Espontaneidade e Direção Consciente"*)

"A história dos grupos sociais subalternos é necessariamente desagregada e episódica. Não há dúvida de que na atividade histórica destes grupos há uma tendência à unificação, ainda que em termos provisórios; mas essa tendência se rompe constantemente pela iniciativa dos grupos dirigentes. . ."

(*Notas sobre a História das Classes Subalternas*)

Sumário

<i>Prefácio</i> , por Florestan Fernandes	11
<i>Apresentação</i>	17

PARTE I

<i>Capítulo 1.</i> Anotações teóricas preliminares	25
<i>Capítulo 2.</i> Capitalismo, industrialização e classe trabalhadora. ..	43
<i>Capítulo 3.</i> A Greve dos 300 Mil: uma conjuntura de crise e de lutas	67
<i>Capítulo 4.</i> Conclusões: alguns problemas da relação ideologia-partido-classe	95

II PARTE

<i>Capítulo 5.</i> A Greve dos 300 Mil e as Comissões de Empresa ..	123
---	-----

PARTE III

<i>Capítulo 6.</i> Os acórdãos da Greve de 1953 no TRT	155
--	-----

mentos produzidos pelas classes e têm, a partir daí, sua forma anterior modificada. Ou seja, a análise histórica tem como objetivo indicar de que forma a História, isto é, o movimento real dos homens, modifica a estrutura. Em nosso caso, as condições pelas quais a estrutura de poder afeta, de alguma forma, o caráter do conflito, tornando-o mais ou menos institucionalizado. E, dessa forma, ampliando ou diminuindo o espaço de liberdade de ação em que "os homens fazem a História".

Capítulo 2

Capitalismo, industrialização e classe trabalhadora*

1. Capitalismo industrial e proletariado

A formação do sistema capitalista no Brasil, como em toda a América Latina, ocorreu em condições particulares, que são inerentes ao desenvolvimento do capitalismo como sistema mundial. Nos países europeus, a revolução industrial, como parte de um longo processo, representou primeiramente uma ruptura em relação ao sistema produtivo anterior e resultou numa nova formação social e econômica. O processo de industrialização foi sustentado pela posse, dominação e exploração coloniais e o processo de acumulação foi auto-reprodutor. Neste longo processo histórico, se desenvolveu, por um lado, uma burguesia nacional que competiu com a oligarquia agrária pelo poder e pela hegemonia sobre a sociedade. Esta teve o seu poder enfraquecido e, além disso, ameaçado pelas exigências liberais do tipo *laissez-faire* feitas pela indústria que se estabelecia. Por outro lado, um grande contingente de camponeses e artesãos foi expropriado de seus meios de produção, vindo a formar, nas cidades, o proletariado. No Brasil, a emergência do capitalismo e da classe trabalhadora urbana, como parte do mesmo processo, ocorreu de maneira fundamentalmente diversa. Os países latino-americanos

(*) Este texto foi apresentado, juntamente com o capítulo seguinte, sobre a conjuntura da greve de 1953, ao IV Seminário Latino-Americano do Centre Europe-Tiers Monde (CETIM), de Genebra, em 1972. Foi publicado na coletânea de textos resultante do seminário, sob o título "Classe Operária e Consciência de Classe no Brasil: Problemática", em *Dépendance et Structure de Classes en Amérique Latine*, CETIM; Genebra, 1972, pp. 325-85.

foram originalmente incorporados ao mercado mundial e à divisão internacional do trabalho como produtores de produtos primários e matérias-primas — o que significava satisfazer a demanda que existia por esses produtos nos países centrais, tais como a Inglaterra; isto não se constituiu, propriamente, em uma escolha por parte dos países latino-americanos, mas uma extensão do processo de expansão e consolidação do capitalismo como um sistema mundial.²⁰ Em outras palavras, ao contrário da Europa, os países da América Latina entraram na cena mundial, após o período colonial, como sociedades que já pertenciam ao sistema econômico e social capitalista,²¹ como subsistemas periféricos dependentes em relação aos subsistemas dominantes.

É dentro deste quadro que devemos buscar as origens e a formação da classe trabalhadora brasileira. Por um lado, a dependência econômica do Brasil em relação à Europa, e mais tarde os Estados Unidos, impediu que o país rompesse com sua estrutura agroexportadora até a metade deste século; por outro lado, foi somente nos períodos de crise aguda do capitalismo internacional (como a Primeira e a Segunda Guerras e o *crack* de 1929) que se tornou possível o desenvolvimento do que os sociólogos denominam a “civilização industrial”. No que diz respeito à classe trabalhadora, o processo de industrialização foi acompanhado, num primeiro momento, pela imigração da força de trabalho europeia e, num segundo momento, por um amplo processo de migração interna. Com exceção de casos particulares — que só uma análise histórica específica nos possibilitaria avaliar —, as massas que foram trazidas para formar a nova classe trabalhadora das áreas urbanas não foram expropriadas dos seus meios de produção. Este novo setor social resultou de um processo de industrialização que se desenvolveu como uma alternativa para a atividade agroexportadora, duramente afetada pelas condições econômicas internacionais, especialmente a crise do capitalismo. A industrialização no Brasil ocorreu sem a intervenção de uma revolução burguesa no sentido clássico, e sim

(20) Ver Cardoso, F. H. e Falletto, E., *Dependencia y Desarrollo en America Latina, Siglo Veintiuno Editores S. A.*; também Pereira, L., *Estudos sobre o Brasil Contemporâneo*, Livraria Pioneira Editora, São Paulo, 1971.

(21) Para uma discussão mais extensa sobre este ponto, ver “Las Nuevas Tendencias del Capitalismo Monopolista y el Futuro de America Latina”, conclusões do II Seminário Latinoamericano, 5-11/jan/1970, Ginebra; especialmente “Rapports de la Troisième Commission: Les Structures Latino-américaines et L’Imperialisme”, pp. 53-88, CETIM, 1970.

como resultado da adoção da política conhecida como “substituição de importações”.²² O surgimento do proletariado urbano parece ter sido, então, a consequência desse tipo particular de industrialização-urbanização, fundamentalmente diverso do que ocorreu na Europa.

É importante ter em mente que estamos examinando um proletariado em processo de formação. O significado disso pode ser posto nos seguintes termos: nas condições estruturais e nas circunstâncias históricas em que o capitalismo industrial foi introduzido no país, esta classe não teve condições de desenvolver e sustentar até a Segunda Guerra, uma forte tradição de luta própria. Este é um dos elementos fundamentais para se entender o populismo que, como prática política, se constituiu em um elemento tão característico do período 1945-1964. O fato de que a constituição da classe trabalhadora tenha resultado de um processo de industrialização que se desenvolveu como uma alternativa para a atividade agroexportadora cujo vigor foi destruído pela crise internacional e que, mais tarde, forneceu força de trabalho para as nascentes indústrias das cidades, principalmente Rio e São Paulo, e o fato de que a “incorporação” das massas populares* urbanas (incluindo a classe trabalhadora) na política pós-1930, e especialmente pós-1937, significou, em grande parte, controle, repressão e manipulação ideológica desses setores, são elementos importantes a se levar em conta.

Como foi salientado por vários autores, a produção dirigida para a exportação, na maioria dos países latino-americanos, entre os quais o Brasil, permitiu um aumento na produtividade, assim como na renda, dentro do sistema econômico, o que facilitou a formação de um núcleo de mercado interno para produtos manufaturados e a criação de uma infra-estrutura (em particular um sistema de transportes etc.).²³ Podemos encontrar nesse primeiro estágio (da metade do século XIX até 1914 aproximadamente) o início do processo de industrialização. Mais importante para os nossos objetivos, porém, é o

(22) Ver Tavares, M. C., “Auge y Declinación del Proceso de Substitución de Importaciones en el Brasil”, em *Boletín Económico de América Latina*, vol. IX, nº1, Naciones Unidas, ONU.

(*) O uso da expressão “massas populares” tem objetivos meramente descritivos e não analíticos. Neste ponto, siga as indicações de Welfort, F. C., em seu artigo “El Populismo”, publicado em *Brasil Hoy*, Siglo Veintiuno Editores S. A., México, 1970, p. 73. A expressão “massas populares” refere-se, então, a todos os grupos sociais situados na base da sociedade brasileira, tais como a classe trabalhadora, os setores médios, como também os chamados “setores marginais”.

(23) Ver Furtado, C., *Economic Development of Latin America*, Cambridge University Press, 1970, especialmente Capítulos 10 e 11.

segundo estágio do processo de industrialização (da Depressão de 1929 até aproximadamente a Segunda Guerra Mundial). Essa segunda fase deve ser entendida como intimamente ligada à bancarrota do sistema tradicional de comércio exterior dos países latino-americanos e as conseqüentes reações internas; contudo, mudanças nas tendências da economia mundial estavam ocorrendo mesmo antes da crise de 1929. De fato, de 1914 em diante teve lugar uma queda nos preços dos produtos primários fixados internacionalmente, devido em parte à superprodução, e em parte ao progresso tecnológico. Após 1929, dada a contração do setor exportador (a ruína da economia orientada para a agroexportação, assim como a oferta insuficiente de produtos manufaturados), o setor industrial dirigido para o mercado interno expandiu-se, no esforço de substituir total ou parcialmente os bens anteriormente produzidos no exterior. Esse processo de substituição de importações é geralmente definido como "o aumento na participação do produto industrial destinado ao mercado interno no produto interno bruto, ao mesmo tempo em que a participação das importações no produto está em declínio".²⁴ As indústrias estabelecidas após os anos 30 (orientadas em grande medida para a produção de bens de consumo leves) eram largamente *labor-intensive* e absorveram um contingente considerável da mão-de-obra urbana disponível. Contudo, no período pós-Segunda Guerra, o país começou a produzir maquinaria pesada e bens intermediários. O uso de tecnologia moderna e o crescimento das indústrias *capital-intensive* tiveram como resultado um aumento do produto *per capita*, porém oferecendo, ao mesmo tempo, em termos comparativos, poucas oportunidades de emprego para a crescente massa de migrantes rurais que iam ocupando as áreas pobres ao redor das grandes cidades.²⁵ Não se deve esquecer o fato de que isso caracterizou um período de poderosos investimentos estrangeiros na América Latina. As novas empresas estrangeiras que iam sendo implantadas utilizavam tecnologia avançada, trazida dos países desenvolvidos.

A "revolução" de 1930, embora sem se constituir na "revolução burguesa" brasileira, como supõem alguns autores,²⁶ resultou

(24) Furtado, *op. cit.*, p. 85.

(25) Ver Petras, J., *Politics & Social Structure in Latin America*, Modern Reader, 1970; especialmente Capítulo 1.

(26) Vários autores brasileiros parecem ter adotado o ponto de vista segundo o qual a Revolução de 1930 tomou a forma de uma revolução burguesa (que, no modelo clássico, implicou liquidar

numa política geral altamente favorável à industrialização e ao novo setor da burguesia que surgiu com ela. A classe trabalhadora que se formou após a "revolução" era originária, principalmente, das áreas rurais. Uma grande massa de homens do campo começou a chegar às cidades à procura de trabalho e melhores condições de vida. Um autor descreveu essa avalanche como caracterizada por "aqueles que votaram pelos pés contra o *status quo*, mudando para as favelas das cidades".²⁷ A classe trabalhadora urbana, formada como resultado desse tipo de urbanização, chegava aos grandes centros urbanos (Rio e São Paulo, principalmente) munida do seu *background* rural; em outras palavras, 1) ela tinha pouca qualificação, se se tomarem os padrões urbanos como paradigma; 2) ausência de solidariedade de grupo e inexperiência de vida associativa se, por isto, se entender o modo urbano de realizar objetivos comuns; e 3) uma tradição patrimonialista de comportamento político.²⁸ Esses fatores iriam jogar um peso específico no modo como essas massas se integravam na vida urbana, particularmente no processo político. Contudo, falar de *background* rural é algo perigoso, no seguinte sentido: poder-se-ia sugerir, com isso, que essas massas tenderiam apenas a transplantar os seus padrões de vida do campo para as cidades. Isto, sabidamente, não é verdade, pois elas, de fato, tem de se integrar em uma realidade completamente nova. Além disso, seria ingênuo pensar que

os restos do feudalismo no campo e adotar, de fato, os direitos de cidadania, no plano da política). Eis alguns exemplos: (1) "Assim, ainda que a liderança e a realização das operações militares e revolucionárias tenham estado em mãos de grupos de classe média, pode-se dizer que a revolução de 1930 foi uma revolução burguesa levada a cabo pela pequena burguesia." (Grifos do autor.) Conforme Rodrigues, L. M., *Conflito Industrial e Sindicalismo no Brasil*; (2) "A despeito de não possuir um programa estruturado, que implicasse, por exemplo, numa dinamização do sistema econômico, juntamente com as reformas institucionais preconizadas de início, o processo revolucionário foi ganhando novas dimensões com o correr do tempo. Explicitaram-se suas virtualidades também ao nível econômico-social, bem como no âmbito do aparelho estatal. Pouco a pouco tornou-se o que não era de início. *Adquiriu o caráter de uma revolução burguesa definida, apesar de não sê-lo de início.*" (Grifos meus, J. A. M.) Conforme Ianni, O., *O Estado e o Desenvolvimento Econômico do Brasil*, mimeo., São Paulo, 1964, p. 128. Para uma visão crítica desta interpretação, ver Cardoso, F. H., "Hegemonia Burguesa e Independência Econômica: Raízes Estruturais de la Crisis Política Brasileira", em *Brasil Hoy*, Siglo Veintiuno Editores S. A., México, 1970; ver, também, Fausto, B., *A Revolução de 1930*, São Paulo, 1970; e ainda Rowland, R., "Dependencia e Classes Médias no Brasil (1850-1930), *paper* apresentado à Conferência Latino-Americana, Genebra, abril de 1971, realizada pelo Centre Europe-Tiers Monde.

(27) Conforme Hobsbawm, E. J., "Peasants and Rural Migrants in Politics", em Claudio Velz, *The Politics of Conformity in Latin America*, p. 53.

(28) Para uma análise algo diversa deste ponto, ver meu *paper*, "Notes for a Study on the Working Class and Class Consciousness in Brazil", apresentado à Conferência Latino-Americana, abril de 1971, realizada pelo Centre Europe-Tiers Monde, em Genebra.

elas poderiam se integrar nos padrões urbanos (refiro-me aqui a empregos regulares, atitudes impessoalizadas etc.) tão logo cheguem às cidades, pois nem estas oferecem as condições. Sem desconsiderar que a urbanização é um processo gradual, de etapa a etapa (o que não será discutido aqui), parece ser verdade que as massas que vêm habitar fora ou dentro das cidades, em favelas e habitações precárias construídas pelos próprios moradores, mantêm algo como uma mistura de valores rurais e urbanos que, entretanto, são funcionais para os seus objetivos.

2. Industrialização e a "Política de Conciliação"

O processo de industrialização no Brasil ganhou seu maior impulso com a influência exercida pelo tenentismo, após a "revolução" de 1930. A "revolução" foi expressão da crise experimentada pela sociedade brasileira desde o início do declínio de suas relações com o mercado exportador. Incapaz de oferecer qualquer perspectiva social ou política às frações opositoras e às massas urbanas que cresciam com o desenvolvimento do setor terciário e as novas indústrias, a oligarquia agroexportadora entrou em colapso político a partir de 1930, após a crise internacional de 1929 e a crise interna do café. Os tenentes deram expressão às aspirações de diferentes setores da sociedade: as massas populares, para quem o sistema nada tinha a oferecer além da "socialização das perdas",²⁹ em particular àqueles envolvidos na produção para exportação; a burguesia industrial nascente, que buscava a proteção do Estado para o seu setor, mas era incapaz de traduzir as suas aspirações em prática política; e setores das oligarquias rurais e exportadoras não ligadas a São Paulo ou Minas Gerais, mas que lutavam pelo poder. Os tenentes surgiram como a força mediadora necessária, entre esses setores e a sociedade como um todo, além de oferecerem uma solução para a crise: a conciliação de classes, levada a efeito pelo governo de Vargas.³⁰ Este, uma vez no poder, iniciaria uma política dirigida

(29) Furtado, C., *Formação Econômica do Brasil*, Companhia Editora Nacional, São Paulo, 1970.

(30) Ver Ianni, A., *Industrialização e Desenvolvimento Social no Brasil*, Editora Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1963; ver, também, *Estado e Capitalismo*, Ed. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1965.

para o que se poderia denominar como "capitalismo nacional",³¹ cujas insuficiências só viriam a aparecer por completo após o seu segundo período de governo. A "revolução" era um movimento de inspirações diversas, inclusive popular, mas levado a efeito por uma camada que tinha funções no Estado, e beneficiou, principalmente, a industrialização, de cujos aspectos favoráveis a burguesia industrial tirou vantagem. Ao mesmo tempo em que pendia para o atendimento de aspirações de caráter popular, como a aplicação e o fortalecimento de leis trabalhistas e novos processos eleitorais, o movimento de 1930 tornou-se de fato o instrumento da expansão e consolidação da formação econômica e social capitalista no país. As políticas econômicas que se seguiram foram delineadas não somente para manter o nível de emprego e o fluxo da renda, como anteriormente, mas *expandi-los*.³² O Estado foi mobilizado (e "transformado") para alcançar esses fins, e o governo de Vargas, com sua inerente proteção à indústria, foi o resultado dessa política.

Sendo constituída de interesses diversos, a "revolução" de 1930 iria provocar a emergência de uma nova conjugação de forças políticas, da qual o "Estado de Compromisso" constituiu a expressão mais acabada. O "Estado de Compromisso" resultou do fato de que após a "revolução" nenhuma das várias frações das classes dominantes foi capaz de impor a sua hegemonia sobre toda a sociedade. Os setores agroexportadores estavam consideravelmente enfraquecidos. A burguesia industrial não era capaz de definir um projeto próprio, mesmo porque era originária dos próprios setores agrário-exportadores. A oposição entre burguesia industrial e os interesses agrário-exportadores era episódica. Por outro lado, as massas populares não eram suficientemente fortes para imprimir o seu rumo aos acontecimentos. Essas foram as principais razões pelas quais a "revolução" teve que ser levada a cabo pelos militares. Estes constituíam o elemento mediador necessário para que ela e as suas implicações tivessem lugar. Porém, sendo um componente do Estado bur-

(31) Ver Carone, E., *Revoluções do Brasil Contemporâneo*, Edições Buri, São Paulo; ver também Santa Rosa, V., *O que foi o Tenentismo?*, Editora Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1965.

(32) "Enfim, uma política econômica que não se propõe apenas, como até então, a manter o nível de emprego e o fluxo de renda (função básica da política de defesa do café) mas ampliar o mercado de trabalho e a renda-salário." Conforme Pereira, L., *Estudos sobre o Brasil Contemporâneo*, p. 33.

guês, as forças armadas estavam ligadas à manutenção da ordem e aos interesses dominantes, tanto ao nível político quanto ao nível ideológico. Aliás, importa notar, sobre isso, que uma das grandes preocupações dos tenentes naquele momento era a necessidade de industrializar o país.³³

Antes da Primeira Guerra Mundial, as poucas indústrias de produtos alimentícios e têxteis e os serviços públicos que existiam, tais como as estradas de ferro, absorviam mão-de-obra constituída basicamente de imigrantes europeus e, em escala muito menor, migrantes de origem interna que deixavam o campo em busca de mobilidade social nas cidades. Esta classe trabalhadora (que não era completamente homogênea como sempre se supõe), não demorou a entrar na cena política brasileira, sob a influência de anarquistas, sindicalistas e revolucionários europeus, como demonstram as greves gerais de 1912 e 1917. O movimento operário, nos últimos anos do século passado e primeiros anos deste século, tomou a forma de manifestações públicas, reivindicações coletivas de melhores condições de trabalho, e greves relacionadas tanto com as exigências de salários mais altos como com a solidariedade de classe. Simão, num dos estudos mais interessantes sobre esse período pioneiro do movimento operário brasileiro,³⁴ descreve aspectos desta primeira emergência da classe trabalhadora na cena social e política brasileira. Sua exposição nos fornece elementos para entender a atmosfera oficial da época com relação ao movimento operário. A posição tomada pelas classes dominantes era muito clara: erradicar, a qualquer custo, os sintomas de luta de classes. As greves, muito freqüentemente, provocavam a violência aberta e assumiam o caráter de um conflito mais entre os trabalhadores e as forças repressoras que entre partes aptas à negociação.

Entre 1917 e 1919, pelo menos duas greves tomaram o caráter de greves gerais. Em 1917, a greve geral chegou a provocar a paralisação total das atividades econômicas da área mais industrializada do país, a capital de São Paulo.* O mesmo ocorreu em várias peque-

(33) Ver Fausto, B., *op. cit.* e Rowland, *op. cit.*

(34) Ver Simão, A., *Sindicato e Estado*, Editora da Universidade de São Paulo, 1966; especialmente Capítulos 3 e 4.

(* L. M. Rodrigues descreve esta greve em *Conflito Industrial e Sindicalismo no Brasil*, pp. 142-48, e conta em detalhe os conflitos entre os grevistas e a polícia. Sua descrição nos fornece elementos para o estudo da organização e desenvolvimento da greve. Rodrigues, porém, observa que: "Mais que um signo de maturidade do sindicalismo, a greve paulista foi o signo do desespero e das

nas cidades do interior. Mais tarde, em 1920 e 1923, novas greves foram realizadas, sempre seguidas de manifestações públicas e conflitos entre os grevistas e as forças repressoras. Contudo, nos últimos anos daquela década, o número de greves diminuiu. De acordo com Simão, isso se deveu a razões econômicas, pois os efeitos da crise prosseguiram. Segundo esse autor, em geral as conjunturas econômicas positivas favoreciam a ocorrência de greves, ao passo que as conjunturas de crise tendiam a diminuir a sua ocorrência, como, aliás, parece ser a tendência em quase todos os países capitalistas. O que é importante notar a respeito deste período, é a predominância de greves relacionadas com a conquista de melhores condições de trabalho, incluindo aspectos da legislação trabalhista (como os Tribunais do Trabalho e o sistema de oito horas de trabalho) e aumentos salariais. Tais reivindicações seriam incorporadas no programa da Aliança Liberal no início da "revolução" de 1930.

Outro aspecto que é importante ter em mente é que até 1930 o confronto entre empregadores e empregados não tinha o caráter "público" que assumiu com a nova legislação introduzida pela "revolução". Isso permitia que os empregadores mantivessem a situação inteiramente sob seu controle, pois a polícia estava sempre disposta a reprimir o movimento operário tão logo a isso fosse convocada.

Tudo isso faz lembrar, uma vez mais, a atitude oficial em relação ao movimento operário, expressa numa frase bem conhecida do presidente Washington Luís (ex-governador do estado de São Paulo): "A questão social é uma questão de polícia". Era uma afirmação adequada para a época, porque, de fato, era normal a prisão de centenas de trabalhadores durante as greves, a demissão dos grevistas e a expulsão do país dos trabalhadores estrangeiros envolvidos nos conflitos, para não falar do degrado de muitos para regiões longínquas, como o Oiapoque.³⁵

péssimas condições de vida do proletariado", *op. cit.*, p. 147. No entanto, a meu ver, pode-se, com a informação dada pelo autor, ir além e explicar a greve não em termos de um fenômeno isolado, mas expresso da emergência da consciência de classe entre os trabalhadores em condições favoráveis, isto é, quando a propaganda anarquista foi suficientemente forte para mobilizar para a ação setores da classe trabalhadora.

(35) Outro estudo bastante interessante, deste período do movimento operário brasileiro, é de Rodrigues, E., *Socialismo e Sindicalismo no Brasil*, Laemmert Editora, Rio de Janeiro, 1969. Este autor descreve com muitos detalhes todo o processo mencionado. Ver também Alba, V., *op. cit.*, p. 385, para referências à prisão de grevistas e expulsão de trabalhadores estrangeiros do Brasil.

Com o impulso dado à industrialização após 1930, e em particular após o período de crise internacional da Segunda Guerra Mundial, observa-se o aceleração da exploração da força de trabalho nacional, principalmente com a expansão da industrialização substitutiva. A classe operária começava a crescer. Já em 1940, a classe trabalhadora compreendia 5,4 por cento da população economicamente ativa do país e, em 1960, representava 5,6 por cento.³⁶

QUADRO 1 — BRASIL — FORÇA DE TRABALHO

1920	83 998
1940	254 771
1950	1 509 713

FONTE: IBGE.

Este processo de industrialização-urbanização se desenvolveu através da utilização de um fluxo de migração interna do campo para a cidade e a importância deste fato para a formação da classe trabalhadora torna-se evidente com a análise das razões pelas quais os migrantes deixavam o seu *habitat* rural para viver nas cidades. O apoio dado às modificações de 1930 pela população do interior tinha sido um sintoma da procura generalizada de um padrão de vida melhor por qualquer meio possível. Embora o fluxo migratório já existisse antes de 1929, milhares de famílias vindas do interior chegavam agora às grandes cidades do sul, à procura de uma vida melhor; este processo continuou, intensificando-se ainda mais, após a crise internacional do capitalismo e a conseqüente crise do setor agrário-exportador interno ao qual estes setores estavam ligados. Alguns viram nestes deslocamentos sócio-geográficos a expressão concreta de um tipo de "protesto silencioso" contra as condições de vida imperantes nas áreas ou regiões onde o capitalismo perdera ou estava perdendo seu vigor. Vir para as cidades representava a procura de áreas ou regiões onde o vigor do sistema capitalista nacional podia oferecer empregos melhores e mais numerosos, melhores salários, a proteção das leis trabalhistas, e a rede de serviços sociais

(36) Conforme Pereira, *op. cit.*, p. 34.

QUADRO 2 — MIGRAÇÃO INTERNA PARA SÃO PAULO

1820 — 1900	965 trabalhadores
1926 — 1930	155 821 trabalhadores
1936 — 1940	293 852 trabalhadores

FONTE: Rodrigues, L. M., *Conflito Industrial e Sindicalismo no Brasil*, p. 105.

Nota: Entre 1931 e 1935, 57% da população economicamente ativa no país já era brasileira.

existente somente nas cidades, como hospitais, escolas etc. Outros têm designado esta oferta espontânea de força de trabalho no mercado de trabalho urbano como a "revolução individual", pois a mudança nas condições de vida é tão grande que o ex-trabalhador rural tende a encará-la como "revolucionária", o que, aliás, para certos autores, explicaria a ausência de uma ação sua com sentido classista. Mas, o que importa aqui é lembrar que, entre 1940 e 1960, a população urbana brasileira aumentou em 13,84 por cento, o que significa que cerca de 20 milhões de pessoas foram absorvidas pelas cidades, e, portanto, incorporadas ao mercado de trabalho.³⁷

QUADRO 3 — EMPRESAS E POPULAÇÃO TRABALHADORA EM SÃO PAULO

Ano	Empresas	Trabalhadores
1907	324	22 355
1920	4 145	83 998
1930	—	119 296
1940	14 225	272 865
1950	24 519	—
1960	56 383	962 112

FONTE: Rodrigues, L. M., *Conflito Industrial e Sindicalismo no Brasil*, p. 104.

O que buscavam esses migrantes nas cidades? As motivações básicas já foram indicadas: melhores condições de vida. Mas esta população migrante também vinha para as cidades, freqüentemente, com a idéia de juntar dinheiro para iniciar seu próprio negócio.³⁸

(37) *Idem*, p. 56.(38) Ver Brandão Lopes, J., *Desenvolvimento e Mudança Social*, Companhia Editora Nacional, São Paulo, 1970.

Algumas pesquisas apontam a ênfase atribuída, freqüentemente, pelos migrantes entrevistados, ao fato de que nas cidades há mais "recursos". Isto significa: oportunidades de emprego ("nas cidades têm mais empregos"; "lá eles pagam melhor"); a expectativa de uma maior participação na estrutura de consumo ("na cidade se vive melhor"; "tem mais conforto"); por último, e talvez o mais importante, vir para a cidade e conseguir um trabalho lhes dá a oportunidade de se beneficiar da legislação trabalhista estabelecida e, presumivelmente para eles, respeitada, que oferece aos migrantes direitos que eles não tinham nas áreas rurais. Para se ter uma idéia mais clara do que isso realmente significou, deve-se lembrar que: 1) a legislação trabalhista introduzida por Vargas previu um salário mínimo; 2) entre 1940 e 1960 os salários reais na cidade do Rio — que pode servir para dar uma idéia da situação em São Paulo, sem grandes discrepâncias — subiram de 79 para 135, tomando-se 1940 como ano-base = 100.³⁹

É necessário, entretanto, reforçar dois aspectos que as análises já feitas indicaram:

1. O homem do campo que decide abandonar o seu *habitat* e mudar para um ambiente fundamentalmente diverso, o que certamente envolve riscos de todo tipo, é motivado acima de tudo por dois objetivos: primeiro, fugir da miséria e, depois, ascender, por assim dizer, na "escala social". De fato, como se sabe, ele comumente não consegue atingir estes objetivos individuais e, na realidade, passa a integrar o enorme contingente de trabalhadores não-qualificados disponíveis no mercado; mas este já é um outro problema que não será discutido aqui.

2. Este homem traz do campo uma tradição patrimonial de relações que são, em geral, determinadas pela posição social que ocupava no sistema produtivo agrícola. Tais relações "têm uma origem inerentemente econômica e se manifestam no monopólio exercido pelos coronéis sobre o controle das instituições que asseguram o acesso ao meio de produção fundamental (a terra) e ao mercado (instituições de financiamento e comercialização),⁴⁰ e se manifestam, freqüentemente, ao nível político através do "voto de cabresto".

(39) Conforme *Desenvolvimento e Conjuntura*, 1961, p. 75.

(40) Ver Durham, E. R., "Participación Social y Migración Rural Urbana (el Caso de São Paulo)", Instituto Internacional de Estudios Laborales, documento de trabalho interno, Lima, mimeo., 1970.

Entretanto, ao vir para a cidade, o homem do campo, se tem sorte, é incorporado à indústria e transformado em um membro da classe trabalhadora, e só muito raramente poderá encontrar condições para uma alternativa à sua nova situação. Em primeiro lugar, acredita estar fazendo a sua "revolução" pessoal, pelo simples fato de se ter mudado. É desnecessário salientar que a sua mudança do campo para a cidade é funcional para o sistema, pois ajuda a manter a força de trabalho no mercado a um baixo preço. Em segundo lugar, ele encontra no meio urbano uma estrutura sindical (supostamente criação do movimento operário) e uma estrutura político-partidária — isto é, as instituições que poderiam eventualmente integrar a nova classe trabalhadora nas lutas econômicas e políticas — pelas quais ele será convidado a participar *individualmente*. Assim, a sua participação será basicamente *individual* ao invés de *coletiva*; *momentânea*, restrita aos períodos em que seu voto é necessário, ao invés de *permanente*; e limitada quase que exclusivamente à escolha de um nome entre os candidatos apresentados pela liderança sindical e pelos partidos políticos. Digo quase que exclusivamente porque a nova classe trabalhadora podia escolher entre este ou aquele candidato nos processos eleitorais que buscavam obter o seu voto. Mais: freqüentemente, os limites da escolha podiam se ampliar, porque ele podia escolher, por exemplo, um cabo eleitoral a quem se vincular, de acordo com as vantagens materiais que estes oferecessem, tais como: oferta de empregos; vagas em escolas públicas, tratamento médico e hospitalar e, mesmo, vantagens como alimentos, roupas e dinheiro. Nesse sentido, talvez se pudesse sugerir, nesse mecanismo, a presença de interesses objetivos da partes desses setores.

3. A estrutura sindical "doada"

Após 1930, uma vez instalado no poder, Vargas introduziu a sua Política de Conciliação entre as classes, beneficiando as classes dominantes, mas fazendo concessões às classes dominadas. Disto resultou, entre outras coisas, a adoção de uma nova legislação trabalhista, complementada pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), em 1943. A legislação do pós-30 estabelecia normas legais para a existência dos sindicatos e criava toda uma estrutura sindical, da base à cúpula; normas para contrato e demissão de empregados; e instituições de previdência social. O Estado reconhecia o direito social dos traba-

QUADRO 4 — OCORRÊNCIA DE GREVES EM SÃO PAULO

1880 — 1900	24
Generalizadas (1891)	
1901 — 1914	119
Generalizadas (1906/12)	2
1915 — 1929	116
Generalizadas (1917/1919)	2
1930 — 1940	90
Generalizadas	0
1937 — 1940	5
Generalizadas	0

FONTE: Simão, A., *Sindicato e Estado*, pp. 131-42. Como é fácil observar, a agitação trabalhista decresceu substancialmente após 1930, mas especialmente após 1937, quando Vargas assumiu poderes ditatoriais e seu governo impôs mecanismos extremamente severos de repressão ao movimento e à oposição.

lhadores de reivindicar seus direitos e “doava”-lhes canais institucionais para que a atividade de classe pudesse se manifestar “legitimamente” dentro de um quadro definido, o da ordem capitalista. Pode-se dizer que Vargas, e os setores que ele representava, levava a classe trabalhadora a aceitar os seus “direitos” a partir do Estado, mas sem poder de fato escolher. Para se ter mais claro o significado dessas concessões para as classes dominantes, é conveniente lembrar que um dos *slogans* da Aliança Liberal foi: “*Façamos a Revolução antes que o povo a faça*”.⁴¹ A nova orientação estava, portanto, claramente voltada para a canalização do conflito de classe dos anos anteriores, manifestado através de greves e movimentos de protesto. Não que essas ações representassem um perigo revolucionário real. Mas era algo que precisava ser enfrentado. Em termos da luta de classes, as conseqüências desses novos mecanismos impostos pelas classes dominantes apareceriam mais tarde, e podem ser depreendidas do número decrescente de greves após 1930. Aliás, este era o objetivo dos novos setores políticos que ascenderam ao poder em 1930. Isto se depreende também das tendências manifestadas pelo programa da Aliança Liberal, como demonstra o seguinte excerto: “Bem ao contrário da afirmação que corre como oficiosa, se não como oficial, de que o problema social no Brasil é uma questão de polícia, nós estamos convencidos de que também aqui, como em todos os países civilizados, o problema social existe. Existe a questão social porque não poderia deixar de existir:

(41) Ver Santa Rosa, *op. cit.*

existe nas cidades, nas vilas, nos campos, no comércio, nas indústrias urbanas, na lavoura, nas indústrias extrativas; existe por força da migração que fugirá de nossos portos se não protegermos conscientemente os trabalhadores alienígenas. A existência da questão social entre nós nada tem de grave ou de inquietador: ela representa um fenômeno mundial, é demonstração de vida e de progresso. O que de inquietador e grave aparece no Brasil é a preocupação de ignorar oficialmente a existência de problemas dessa natureza.”

Por outro lado, pode-se conceber a estrutura sindical brasileira como estatal e corporativa e, portanto, diretamente controlada pelas classes dominantes. Com a imensa influência e capacidade de controle que os sindicatos vieram a exercer sobre as decisões que afetavam diretamente as relações de produção, a classe trabalhadora ficou inteiramente subordinada aos setores que controlavam o Estado: tais decisões eram tomadas por seus representantes através de órgãos integrados (como, por exemplo, o Ministério do Trabalho, os tribunais de trabalho etc.).

O que sobressaía, na nova orientação adotada pelas classes dominantes, através do chamado “Estado de Paz Social” de Vargas, eram as necessidades do desenvolvimento do capitalismo no país, isto é, a regulamentação, dentro do quadro do capitalismo, das condições de compra e venda da força de trabalho no mercado. Por outro lado, não se deve esquecer o fato de que, se o país devia industrializar-se — como queriam os novos setores no poder — era necessário tomar medidas para ampliar o mercado interno. Não é difícil perceber, portanto, as razões que justificavam a introdução da legislação trabalhista (sistema de 8 horas de trabalho, tribunais de trabalho, salário mínimo, proteção ao menor etc.). Mas, por outro lado, isso significava também que a *autonomia* e a *independência* da classe trabalhadora ficavam comprometidas por esta “apropriação antecipada”, introduzida pela Política de Conciliação de Vargas, do seu próprio campo de luta. Os trabalhadores passavam a participar, até certo ponto, do Estado. Mas o outro lado desta concessão era a capacidade que os grupos dominantes adquiriam de controlar, através dos novos mecanismos introduzidos, a autonomia da classe para se organizar de modo independente. A “aliança”, portanto, que as classes dominantes selavam com os trabalhadores, concedendo-lhes os seus “direitos”, abriu-lhes a possibilidade de reprimir qualquer vestígio do antigo movimento operário sob influência anarquista e comunista, e de controlar o movimento que iria se desenvolver. Conforme observou Weffort, “o preço que a classe

trabalhadora teve que pagar para entrar e participar na aliança de classes peculiar que caracterizou o populismo no Brasil, foi a alienação de suas associações, corporativas ou políticas, que supostamente deveriam representá-la".⁴²

Deve-se acrescentar alguns elementos de ordem histórica a este quadro. Em 1937, dois anos depois da tentativa da Aliança Nacional Libertadora (comunista) de derrubar Vargas e estabelecer um governo popular, as forças armadas, como um todo, apoiaram o golpe de Estado de Vargas que instituiu o Estado Novo. Durante todo esse período, vários membros das forças armadas foram influenciados pela ascensão do fascismo, na Europa, e adotaram uma posição anticomunista, quase obrigatória, para eles, após a chamada Intentona Comunista de 1935. Além disso, as condições históricas da época requeriam uma força nacional suficientemente coesa para assegurar a conciliação dos mais variados interesses que começavam a se expressar. Por conseguinte, as forças armadas, cujos principais expoentes pareciam ser a favor da formação de um exército político, que fosse *digno da Brasil enquanto possível* "potência emergente", vieram a constituir essa força de arbitragem em meio a tantos interesses. Daí o apoio militar à instalação da ditadura de Vargas. Por outro lado, como as suas aspirações necessitavam de justificação teórica, muitos voltaram-se para concepções autoritárias inspiradas no fascismo, do qual tomaram certas idéias, métodos e, mesmo, estilo de conduta.⁴³

Em consequência do estabelecimento dessa nova conjugação de forças políticas após 1937, o direito de greve como um meio de negociação coletiva foi proibido, considerado anti-social e perigoso para a segurança nacional e, a partir de então, todos os conflitos deveriam ser submetidos aos tribunais de trabalho implantados desde 1934. Não é irrelevante notar que a proibição da greve foi uma decisão consciente da parte dos grupos dominantes, como meio de aplacar a luta de classes. Nas palavras dos membros do Comitê Constitucional que decidiram proscrever o direito de greve, a questão se colocava assim:

"Teve o projeto que prever o regime repressivo contra os que, patrões ou empregados, suspendessem o trabalho em *lock-out* ou em greve, ou se recusasse a obedecer as decisões dos tribu-

(42) Conforme Weffort, "Movimiento Obrero. . .", p. 10.

(43) Walker, em sua análise "Corporativismo y Classe Trabajadora", apresenta uma boa descrição deste processo de incorporação corporativista, após 1937.

nais de trabalho. Um e outro destes expedientes de *luta de classes* foram severamente condenados pela nova Constituição —, e, na verdade, não se compreende o reconhecimento do direito à greve ou ao *lock-out*, desde que a própria Constituição prevê para a solução dos dissídios de trabalho, um aparelhamento jurisdicional especial e próprio, fácil, rápido, barato, posto ao alcance dos dois grupos interessados, patrões e empregados. Reservou o projeto as penalidades mais graves para os *instigadores e cabeças*, os que preparassem, como agentes provocadores, a explosão de conflitos, ou os que chefiassem, ostensivamente, esses movimentos, considerados anti-sociais e nocivos aos interesses de ambas as classes e contrários aos superiores interesses da Nação. Para estes, o projeto reserva a *pena de prisão celular. . .*"*

Os grupos dominantes percebiam o problema como um obstáculo concreto ao seu domínio sobre a sociedade e tratavam de contorná-lo em diferentes níveis. Aliás, esta parece ser a razão principal para que, naquele momento, as classes dominantes tivessem começado a tratar a questão social como uma questão de polícia. Centenas de líderes trabalhistas foram presos. Comunistas e socialistas foram severamente reprimidos e praticamente desapareceram da cena política. Organizadores de greves, quando apanhados pela polícia, ficaram sob o sistema de prisão celular.⁴⁴

Pode-se, sempre, perguntar: o que teria acontecido com o movimento operário se as classes dominantes não tivessem conseguido suprimi-lo, por meio das políticas coercitivas de Vargas após 1937?⁴⁵ Não se deveria excluir a hipótese de que, se não tivesse sido este o caso,

(*) Conforme "Projeto de Lei Orgânica da Justiça do Trabalho", vol. II, nº 13, p. 171. São Paulo, 1938; citado em Simão, A., *op. cit.*, p. 128. (Os grifos são meus, J. A. M.)

(44) Aliás, eis o ponto em que uma lembrança do caso argentino pode ter utilidade. A meu ver, as condições políticas na Argentina — isto é, a correlação de forças políticas — somente permitiu à classe dominante introduzir fortes mecanismos de controle do movimento operário com o advento do peronismo, isto é, depois de 1943. As consequências deste processo "tardio" de controle (quando comparado ao caso brasileiro), parecem ter sido a criação de condições pelas quais os trabalhadores argentinos se tornaram mais capazes que seus companheiros brasileiros para manter a sua autonomia e a sua independência na política.

(45) Vale a pena chamar a atenção, também, para o fato de que, por volta de 1930, no Brasil, cerca de 270 000 trabalhadores pertenciam aos sindicatos não-oficiais, segundo as estimativas. Cerca de 2 000 eram anarquistas e 4 000 comunistas, pertencendo todos a sindicatos ilegais. Conforme Alba, *op. cit.*, p. 387.

a classe trabalhadora teria tido condições de desenvolver e sustentar uma tradição de luta bastante forte. Certo, a objeção é que este é um raciocínio à base de hipóteses. Mas ele serve para jogar luz sobre o peso de cada fator na questão do comportamento político da classe. Por exemplo, isto nos permite sugerir que, na ausência dessa tradição de luta, o populismo poderia ser visto de maneira inteiramente diferente. Ao invés de afirmar que ele foi uma alternativa reformista aceita pela classe trabalhadora, nas condições de repressão e na ausência de uma orientação política clara (ver a próxima seção), além de constituir um modo específico de dominação de classe, foi também uma maneira encontrada pela classe trabalhadora de se manifestar nas condições adversas em que se achava e de ter algumas de suas reivindicações atendidas, tais como uma melhor participação na renda. Isto não significa, entretanto, do meu ponto de vista, ausência de consciência de classe. Significa, ao contrário, que a classe trabalhadora defendia-se como podia, nas condições históricas objetivas da época.

Estas questões são importantes, pois não se pode, simplesmente, subestimar o comportamento da classe no período que se está analisando. Pode-se dizer que, potencialmente, a classe trabalhadora estava pouco preparada para elaborar a sua própria interpretação do mundo e algum tipo de política voltada para a transformação social. Todavia, fatores particulares relacionados com a correlação de forças (capacidade da classe dominante de reprimir o movimento operário) e o papel desempenhado pela esquerda naquelas fases, colaboraram para impedir que isso acontecesse. A esquerda, de forma particular os comunistas, como ensina Simão, concebia a atuação no sindicato como algo desligado dos objetivos políticos mais amplos. Parece que os comunistas não encaravam a luta econômica como um passo na direção da luta política.* As conseqüências desta linha para o movimento operário são fáceis de imaginar: dificultavam a emergência de uma ação política autônoma.

Por outro lado, a imposição de uma estrutura sindical oficial à classe trabalhadora restringiu, em grande parte, as atividades dos sindicatos, até 1945, ao campo da assistência médica e a funções administrativas, e à aceitação das decisões sobre problemas trabalhistas tomadas desde cima, pelo governo. Tal estrutura possibilitou

(*) Já os comunistas, não só rejeitavam a redução do movimento à ação direta, como também a simples complementariedade entre greves e ação política." Conforme Simão, A., *op. cit.*, p. 121.

também a emergência do "pelego" na vida sindical. Ele era uma espécie de representante do Ministério do Trabalho que, por força do seu poder de barganha, estava qualificado para assumir uma suposta liderança trabalhista. A presença deste elemento foi um aspecto importante da vida sindical brasileira até os anos que antecederam a queda de Goulart em 1964 e constituiu, em grande medida, uma das cadeias dos mecanismos utilizados para controlar a classe trabalhadora.

4. O populismo e a esquerda

O populismo surgiu na vida política brasileira, portanto, como uma conseqüência direta das mudanças iniciadas com a "revolução" de 1930. Conforme já se indicou, este movimento foi sustentado por alguns expoentes das camadas médias urbanas associados a alguns setores divergentes da oligarquia agrário-exportadora, e constituiu a expressão de uma crise na sociedade brasileira que as velhas oligarquias não tinham mais condições de enfrentar. O movimento inaugurou um novo período histórico na vida do país, acelerando o processo de democratização iniciado pela pressão dos tenentes, incorporando em seus mecanismos decisórios não somente as classes médias urbanas, até então quase que totalmente ausentes do processo político, mas também os setores da classe trabalhadora. As massas populares urbanas, incluindo-se os trabalhadores, estiveram potencialmente presentes no processo, mas os expoentes da "revolução" jamais procuraram deles se aproximar. Entretanto, o processo de industrialização e urbanização por que começou a passar o país, acabou por trazer aqueles setores sociais ao centro do processo social e político. Doravante, era impossível ignorá-los. Vargas parece ter compreendido perfeitamente esta circunstância histórica, como o demonstra a legislação trabalhista que introduziu para os trabalhadores urbanos (que eram os que contavam em termos eleitorais), e os mecanismos de controle e manipulação estabelecidos após o golpe de 1937.

Um breve retrospecto dos anos que se seguiram à Aliança Liberal indica alguns pontos, ainda não mencionados, que devem ser levados em conta para se entender as relações entre as classes sociais ao nível do poder na sociedade brasileira da época:

(i) Seria ingênuo supor que a oligarquia rural perdera importância nos acontecimentos nacionais, apesar da sua decadência política após 1930. Ela ainda estaria presente por muito tempo.

(ii) Por outro lado, seria incorreto supor que a nascente burguesia industrial tinha condições de definir os seus interesses em termos de classe e, assim, impor a sua marca ao Estado, em processo de democratização, embora restrita, no pós-1930. Classe estruturalmente débil, em razão do desenvolvimento dependente do capitalismo no Brasil, ela teria necessidade de se associar a outros atores.

Assim, o Estado do pós-1930 tinha diante de si um quadro complicado de influências e interesses ao qual devia se adaptar a fim de se manter. Disto resultou um misto de compromisso e conciliação entre interesses diversos e, algumas vezes, mesmo contraditórios. Nenhuma das classes, ou suas frações, na sociedade brasileira tinha condições, na época, de impôr a sua hegemonia sobre o processo político. Por isso, o Estado em formação ganhou proeminência sobre a sociedade, assumindo o caráter de um Estado de Paz Social, beneficiando e protegendo os industrialistas, fazendo concessões às camadas médias e buscando o apoio das massas populares em troca da outorga de direitos. Weffort, que foi um dos autores que mais elaborou esta análise, observa que o processo político resultante tinha os seguintes componentes: "a personalização do poder, a imagem, meio real, meio mítica, da soberania do Estado sobre a sociedade e a necessidade da participação das massas populares urbanas".⁴⁶ São estes os principais fatores que estiveram na base da constituição da política populista no Brasil. Do ponto de vista da classe trabalhadora, tratou-se de "uma forma deliberada e concreta de manipulação", mas, ao mesmo tempo, de processos específicos de ela expressar a sua insatisfação. *Manipulação* e *expressão* foram duas faces da mesma moeda e apareceram em circunstâncias particulares que incluíram alguns dos fatores já mencionados: por um lado, o *individualismo* de que estava imbuído o migrante nas cidades; de outro, a imposição de uma legislação trabalhista, estrutura sindical etc. Estes elementos, como sugeriu Weffort, nos permitem falar de *relações individuais de classe* na análise do populismo. A política iniciada por Vargas antes e depois de 1945 incluía o relacionamento pessoal entre o líder que dá e concede às massas destituídas; as massas, porém, não se identificavam como algo em si, mas através destes agentes externos que eram os líderes. Por outro lado, como se verá, a liderança de esquerda exercida, por exemplo, pelos comunistas sobre a classe não tendia a reforçar a solidariedade de classe e a emergência de uma política de negação do sistema.

(46) Conforme Weffort, "El Populismo", *op. cit.*, p. 68.

No pós-guerra, os comunistas adotaram uma política de colaboração de classes.

Os trabalhadores tendiam mais a se identificar como agentes individuais, que só podiam encontrar razões positivas nas políticas adotadas pelos líderes populistas para apoiá-las, pois elas tendiam a reconhecer as suas aspirações políticas. Porém, é importante notar que essas relações apenas mascaravam as relações de classe que estavam por trás delas. O populismo constituiu, em muitos aspectos, um tipo de prática política na qual as relações entre classes sociais se manifestavam sob a forma de relações entre indivíduos, em vez de classes.

Após 1945, com o final da Guerra e a democratização do país, as massas populares emergiram na política nacional como nunca antes tinham feito. Vários fatores são responsáveis por isto, os principais sendo: o ímpeto da industrialização que ocorreu durante a Guerra (as importações tinham sofrido sérias restrições); o próprio fim da Guerra, com a derrota do nazi-fascismo, que foi um sinal de liberalização política; e a aliança política temporária entre os Estados Unidos e a União Soviética, estimulando a aliança de liberais e comunistas. Este último fator, conforme se verá, exerceria uma influência importante no processo político brasileiro. O Partido Comunista tendia a seguir a orientação da política externa soviética, adotando uma linha de aliança e cooperação com as outras classes, o que concorreu em grande parte para a *dependência* da classe trabalhadora em relação às outras classes.

O Partido Comunista tinha sido fundado em 1922, sob forte influência de velhos anarquistas e, mais tarde, se desenvolveu apoiado, em parte, no movimento tenentista, autoritário e elitista sob muitos aspectos. Luís Carlos Prestes, seu líder, tinha sido um expoente do tenentismo e comandado a Coluna Prestes, que percorreu 24 000 quilômetros no interior do país, dando expressão ao sentimento das populações locais e das populações dos grandes centros urbanos que aspiravam por melhores condições de vida. Desde o fortalecimento do partido, houve um sólido elemento de nacionalismo presente em sua orientação. Mas, talvez, o ponto mais controvertido seja a forte ligação do PC com a União Soviética e, conseqüentemente, o seu condicionamento à política externa soviética.

Após o fim da Guerra, as condições políticas tornavam a repressão menos operante, o que abriu espaço para que o PC se organizasse razoavelmente. Em 1935, as tendências *elitistas* do partido tinham levado à aventura da "Intentona" que não era, de nenhuma ma-

neira, um movimento de massas, e mais uma iniciativa política a partir de "cima", que prescindia do engajamento delas. Após a liberalização do país, o PC adotou a linha de aliança de classes com a burguesia. A ênfase principal desta política não era tanto sobre as relações capitalistas de produção e sim sobre o latifúndio e o imperialismo. O partido também enfatizava a necessidade da liberalização como forma de resistir ao perigo de uma volta ao fascismo. Quando Vargas lançou a sua primeira grande campanha de cunho populista, o Queremismo, o PC logo após ter sido legalizado, aliou-se a ele. Há razões para se crer que o PC tenha feito um acordo com Vargas, pelo qual os comunistas dariam o seu apoio ao Queremismo, e, de outra parte, obteriam a legalização do partido. Mesmo em 1939, o prisioneiro Prestes, em sua correspondência com o tenente Severo Fournier, um tenentista e ex-aliancista que não era membro do partido, sugeria que, na luta contra o fascismo e pela liberalização do país, "deveríamos apoiar o próprio Getúlio, se, amanhã, ele viesse a entender a necessidade do programa nacional".⁴⁷ Ele se referia ao programa de três pontos que o PC defendia na época:

- (i) "*Democracia*, isto é, a eleição dos governantes pelos governados, e o respeito absoluto às liberdades populares: liberdade de pensamento, reunião e associação etc."
- (ii) "*Nacionalismo*", ao invés de chauvinismo, quer dizer, meios práticos de assegurar emancipação econômica, com a criação da indústria pesada nacional e a organização da defesa nacional".
- (iii) "*O Bem-estar do Povo*, ou seja, meios práticos de obter uma redução do custo de vida, e uma melhora imediata da miséria em que vive nosso povo".

Em outra carta do mesmo ano, Prestes acenava com a possibilidade de uma aliança com Vargas: "nenhum democrata deveria hesitar frente às alternativas de apoiar Getúlio ou taticamente aceitar uma aventura que poderia levar o país ao terror fascista ou à invasão estrangeira. Face a qualquer ameaça fascista, nós, aliancistas (uma referência à Aliança Libertadora Nacional), tentaremos sempre ficar do outro lado da barricada e, portanto, deveríamos apoiar Getúlio se ele estiver do nosso lado".

(47) Ver Prestes, L. C., *Documentos de Luís Carlos Prestes*, Ediciones Tiempos Nuevos, Buenos Aires, 1947. Todos os excertos de cartas mencionados são desta coletânea.

Ao que tudo indica, entretanto, não houve aliança formal, embora tenha havido convergência entre Vargas e o PC. Não se deve esquecer que se estava no período da Guerra. Vargas ainda não definira a posição brasileira no conflito. Por outro lado, a União Soviética necessitava de apoio internacional contra o nazi-fascismo. Por razões próprias, os comunistas brasileiros, sendo fiéis à linha política seguida pela União Soviética, se aproximavam de Vargas. Em 1945, entretanto, parecia que Getúlio também se aproximava dos comunistas, pois decidiu anistiar os presos políticos, dos quais o principal era Prestes, e, mesmo, legalizar o PC. Como resultado dessa legalização, o PC surgiu como o quarto partido político nacional nas eleições de 1946, depois da UDN (o partido dos liberais e de setores militares, oriundos das camadas médias), do PSD (dos interventores e políticos tradicionais, representantes do setor agrário-exportador), e do PTB (fundado por Getúlio Vargas como o fim de canalizar o prestígio popular que tinha nas cidades).^{*} Posteriormente, com o início da Guerra Fria, os liberais brasileiros e o governo, sob pressão norte-americana, passaram a encarar o PC como um perigo, mesmo atuando dentro dos limites estabelecidos pelas instituições legais. A consequência foi a proscrição legal do partido. Exatamente por esta época, os comunistas brasileiros começavam a penetrar nos sindicatos legais. Ao invés de lutar contra o sindicalismo corporativista criado por Vargas, com todas as suas consequências, incluindo-se a completa subordinação da classe ao Estado e aos líderes populistas, o PC decidiu entrar nos órgãos oficiais, participando das eleições sindicais ao lado de outras forças. Todavia, sob o governo de Dutra, foi iniciada uma severa política de repressão: o Ministério do Trabalho interveio em mais de uma centena de sindicatos em que se dizia haver elementos extremistas, e o partido perdeu todo o terreno ganho na fase mais liberal do regime. Muitos comunistas foram novamente presos, tendo o partido perdido muitos quadros. Isto resultou, também, pela primeira vez, entre 1947-49, na adoção de uma política de confrontação de classe dirigida contra o governo que o perseguia. O PC assumiu, então, a linha insurrecional que visava a derrubar o governo. Mas é difícil ver como poderia obter, agora, o apoio das massas e força para derrubar o governo, quando pouco antes colaborara com ele, ajudando a instalar o novo regime, mobilizando setores das massas populares para isso, e participando do poder por meio de

(*) Além do PC ter surgido como o quarto partido nacional nas eleições gerais de 1946, em 1947 os seus membros eram calculados em nada menos que 150.000. Conforme Alexander, *op. cit.*, onde se encontra uma descrição bastante parcial e tendenciosa das atividades deste partido na época.

seus próprios deputados e senadores e de sua política em relação ao movimento sindical oficial.

As oscilações do PC, ora aliado à burguesia e à classe média, ora participando da democracia liberal, ora opondo-se a setores do governo mas não ao *status quo*, repercutiam, como fatores políticos, no comportamento da classe trabalhadora. Mais tarde, também a aliança que o Partido fez com o populismo e com os herdeiros de Vargas, depois de 1954, contribuiria para reforçar a manipulação política e ideológica da classe pelos líderes populistas. Nessas condições de alianças variadas, é difícil ver como a "nova" classe trabalhadora poderia ter condições para desenvolver uma forte consciência dos seus interesses, a não ser de maneira espontânea, isto é, sem liderança. A política do PC de se aliar com os líderes populistas teve conseqüências ainda mais sérias no período que antecede a morte de Vargas até 1964, especialmente no período imediatamente anterior a 1954, que é de interesse para este ensaio. Conforme se verá na análise da Greve dos 300 000, por razões meramente conjunturais e não estratégicas, o PC vinha de uma política de distanciamento do bloco no poder e das classes dominantes. Isto se somou ao acúmulo de contradições capitalistas da época: compressão salarial após 1951; o debate nacionalista em torno da influência externa no desenvolvimento; a discussão sobre o papel do setor privado/setor público — que, num momento de crise de poder, tornaram possível um acontecimento importante na luta da classe trabalhadora. É possível dizer que setores da classe trabalhadora *acabaram por encontrar a sua identidade* no processo mesmo de luta e conseguiram definir perspectivas próprias, ainda que momentaneamente. Além da conquista na prática do direito de greve, o movimento paredista de 1953 resultou na emergência de organizações sindicais extra-oficiais, tais como o Pacto de Unidade Intersindical, que iria ter grande importância nos anos seguintes.

Capítulo 3

A Greve dos 300 Mil: uma conjuntura de crise e de lutas*

1. Preâmbulo**

O ano de 1953 tem um significado especial na história política dos últimos 25 anos. A crise dos últimos vinte meses do governo de Vargas foi uma expressão das mudanças sociais e políticas que vinham ocorrendo no país desde 1930 e dos conseqüentes ajustamentos por que passava o comportamento das classes e frações de classe. A crise alcançou um dos seus momentos de fusão com a greve de março e abril em São Paulo (nas indústrias têxtil e metalúrgica, carpintaria, vidreira e gráfica) e as reformas ministeriais de junho.

(*) Este texto foi redigido em 1971, inicialmente, a pedidos do CEBRAP — Centro Brasileiro de Análise e Planejamento —, para servir como relatório preliminar aos estudos que vinham sendo realizados pelo professor Francisco C. Welfort sobre o movimento operário brasileiro durante o período compreendido entre 1945 e 1964. Mais tarde, em 1972, ele foi amplamente revisto e ampliado e apresentado, juntamente com o capítulo anterior, ao IV Seminário Latino-Americano do Centre Europe-Tiers Monde (CETIM), de Genebra. Com pequenas alterações e a introdução de algumas notas explicativas, foi publicado pelo CETIM em *Dépendance et Structure de Classes en Amérique Latine*, op. cit. Posteriormente, foi incorporado, com mais dois capítulos, à tese de mestrado do autor, apresentada à Universidade de Essex, Inglaterra, sob o título *The Urban Working-Class in Brazil*, Essex, 1972, mimeo. Em 1976, foi publicado pela revista *Contraponto*, nº 1, ano I, pp. 14-40, Rio, Centro de Estudos Noel Nütels. Em 1977, foi publicada uma versão em inglês na revista *Latin American Research Unit Studies*, do L.A.R.U., de Toronto, Canadá, vol. II, nº 1, outubro, 1977.

(**) Para a análise das condições econômicas e políticas de antes e durante a greve, foi feito largo uso de dados coletados nos jornais *Folha da Manhã* e *O Estado de S. Paulo*, e dos livros *Politics in Brazil, 1930-1964*, de Skidmore, Thomas, e *Política e Revolução Social no Brasil*, de Ianni, Octávio et alii, em particular, "A Política das Classes Dominantes", de Singer, Paulo. Outras referências aparecem no texto. Agradeço a colaboração de Rachid Moisés Neto na coleta do material empírico.

Estes dois fatores apressaram a crise do "acordo" que integrava a Política de Conciliação de Vargas e acabaram por resultar na tragédia de 1954.

O acúmulo de contradições tornou a atmosfera da época um sinal da luta tenaz pelo poder que realizavam as facções dominantes, durante aquele ano. Em realidade, este fora o primeiro ano de declínio da produção industrial desde 1947, após um período de crescimento econômico provocado por uma política indireta de proteção à indústria, introduzida pelo governo de Dutra, por meio do controle das operações cambiais. Os grupos que tradicionalmente conciliavam a sua disputa pelo poder estatal desde 1930, ora associando-se ora opondo-se a ele, permitiram que suas divergências emergissem e partiram para uma oposição mais forte a Vargas. A direita denunciou, por intermédio dos liberais da UDN, de setores ortodoxos do PSD, da Igreja e da imprensa, o que chamava de tendências "continuistas" do velho presidente. Por esta época, Vargas já começava a se sentir isolado das massas urbanas (camadas médias e trabalhadoras) que nele tinham depositado a sua confiança nas eleições de 1950, quando acenou com uma bandeira nacionalista e um programa de justiça social. Mas, ao final de 1952 e início de 1953, as insuficiências do Estado paternalista e conciliador tornaram-se evidentes. A dissipação das divisas acumuladas durante a Guerra e o declínio da produção industrial começaram a assustar a burguesia industrial. Ela não via com simpatia os constantes apelos de Getúlio às massas e a sua insistência em denunciar os grupos econômicos internacionais. Por outra parte, as massas trabalhadoras agora iriam encontrar, diante da atitude liberalizante de Vargas, melhores condições para exercer os seus direitos políticos; por isso, a sua presença começou a ser sentida por meio de greves setoriais e protestos contra a política econômica, que congelara os salários entre 1947 e 1951, e as elevações frequentes do custo de vida. O preocupado *O Estado de S. Paulo*, em sua edição de 2-4-1953 menciona um aumento de 41,3 por cento entre janeiro de 1952 e janeiro de 1953. Outros estudos (Skidmore, 1967; e Singer, 1965) apontam para os anos 1950, 1951 e 1952 os seguintes índices da taxa de inflação: 11 por cento, 11 por cento e 21 por cento, respectivamente. Eles estão de acordo quanto ao fato de ter sido 1953 o auge da crise econômica. Entre 1951 e 1953, segundo esses autores, os preços das exportações brasileiras caíram em 9 por cento; o nível geral de preços subiu a 27 por cento; por outra parte, o déficit da balança de pagamentos atingiu a ordem de 1 bilhão de dólares, enquanto que, pouco antes, em 1950, hou-

vera um saldo de 106 milhões de dólares na balança, em conta corrente.

Os grupos conservadores do setor agrário-exportador começaram também a retirar seu apoio a Vargas, temendo o perigo representado pela nova vitalidade das massas populares e anteendo o fato de que as contradições não tendiam a ser resolvidas em benefício do setor. Mesmo Segadas Viana, ministro de Vargas e representante do PSD, que detinha a pasta do Trabalho, declarou, em face das crescentes denúncias contra o "continuismo" de Vargas, que, se estas fossem verdadeiras, não hesitaria em se opor ao presidente. *O Estado de S. Paulo*, falando em nome de setores da velha oligarquia rural e de alguns grupos liberais, aproveitou a oportunidade para recrutar mais opositores ao velho presidente, acusando-o de estimular a onda de greves com o intuito de criar um clima favorável a um outro Estado Novo, e convocando as classes dominantes a tomar as devidas providências antes que fosse tarde demais.

Vargas, convencido de que um acordo com a direita ia se tornando cada vez menos viável, pôs mais ênfase em sua política nacionalista e populista tentando, assim, ganhar definitivamente o apoio das classes populares: apelava para os trabalhadores, falando sobre a necessidade de se unirem em seus sindicatos, defender os seus direitos e dar-lhe o seu apoio. Nas comemorações do 1º de maio de 1951, declarou: "Necessito do seu apoio consolidado na organização dos sindicatos, para que os meus objetivos possam se realizar..." "Chegou a hora, portanto, de o governo apelar para os trabalhadores e dizer-lhes que se reúnam em seus sindicatos como uma força livre e organizada. As autoridades não podem restringir sua liberdade, nem usar de pressão e de coação contra vocês. O sindicato é a sua arma, sua defesa, seu instrumento de ação política."⁴⁸ Demonstrando preocupação com a remessa de riquezas para o exterior, e em face de uma grave crise na balança de pagamentos, Vargas também começou a criticar os grupos econômicos internacionais e anunciou que tomaria medidas para contê-los. "Apesar do que se tem dito, não nos opomos à entrada do capital estrangeiro. Ao contrário. Queremos que ele venha. Mas não podemos consentir em entregar nossas riquezas naturais e nossas reservas a companhias estrangeiras

(48) Conforme Vargas, G., *O Governo Trabalhista no Brasil*, Livraria José Olympio Editora, Rio de Janeiro, 1952. Excerto de um discurso feito no estádio do Vasco da Gama, a 1º de maio de 1951.

quase sempre a serviço do capitalismo monopolista, ... Já disse e repito solenemente agora: um país que entrega seu petróleo entrega também sua soberania" (Excerto da Mensagem à Nação de Vargas, de 31 de dezembro de 1951).

Deve-se lembrar que as mudanças ocorridas desde a Guerra (aceleração da industrialização e urbanização e a emergência de novos grupos sociais: industrialistas, trabalhadores e setores médios) trouxeram para o centro da discussão política os problemas relacionados com as políticas econômica e social do governo. A campanha da Petrobrás — companhia estatal de exploração do petróleo — mobilizou e dividiu a opinião pública, e radicalizou camadas sociais importantes, como os militares. O debate sobre o desenvolvimento econômico — nacionalização das indústrias ou empresas privadas — também serviu para mobilizar as massas urbanas e abrir em seu seio importantes discussões.

Foi em meio a esse quadro que irrompeu a Greve dos 300 Mil em São Paulo, poucos dias depois da eleição de Jânio Quadros para o governo de São Paulo, vencendo o candidato de Vargas por esmagadora maioria, formada na maior parte de trabalhadores. A greve durou 29 dias, quando os trabalhadores exigiram: 1) aumento de salário, 2) medidas destinadas a diminuir o custo de vida. A greve deu origem também a violentos choques entre os trabalhadores e a polícia, resultando, entretanto, numa importante vitória para o movimento operário. Ela só terminou quando os operários presos durante a manifestação foram libertados. Os grevistas rechaçaram as ofertas, consideradas inaceitáveis, dos patrões, negaram-se a discutir as propostas conciliatórias feitas pelo Tribunal Regional do Trabalho (representando o Estado) e forçaram o governador do Estado a intervir como mediador, quando, na realidade, sua função era a de reprimir o movimento. No que diz respeito ao movimento operário, a greve abalou a política do Ministério do Trabalho, consoante com a Política de Conciliação de Vargas, de procurar harmonizar empregados e empregadores. Por outra parte, os líderes do movimento não tomaram conhecimento do decreto 9.070, introduzido no Estado Novo e restabelecido pelo governo Dutra, e que proibia a greve. Ao mesmo tempo, uma estrutura sindical paralela começou a se constituir; como consequência do movimento, formou-se uma Comissão Geral da Greve, órgão dirigente dos sindicatos envolvidos na greve; e, algum tempo depois, o Pacto de Unidade Intersindical (PUI), que teve grande importância no movimento operário brasileiro dos anos seguintes.

2. O Quadro Econômico

Com a Guerra, o Brasil se viu numa situação financeira de veras curiosa; devido às restrições que o conflito tinha imposto ao comércio das nações industrializadas, causando a intensificação do processo interno de substituição de importações, a balança de pagamentos apresentou um saldo considerável. Diversas potências aliadas, inclusive a Grã-Bretanha, passaram a dever ao Brasil somas substanciais de dinheiro. Após o final da Guerra, ocorreu também uma mudança nos preços internacionais dos produtos primários, beneficiando o café. Este fato, e o crédito internacional que o país gozava na época, permitiram uma elevação na taxa de câmbio. Daí o saldo de 106 milhões de dólares em 1950, o primeiro desde 1947. Os países aliados começavam a pagar suas dívidas ao Brasil, e a moeda nacional começou a valorizar-se. Isto teria significado uma queda nos preços dos produtos importados, ou seja, na competição dos bens estrangeiros com os produtos da nascente indústria nacional. Porém, o governo forte de Dutra introduziu o monopólio estatal sobre o câmbio, o que resultou, de forma deliberada ou não, numa política de proteção à indústria.

Este controle das transferências cambiais deu-se em seguida a um período de *laissez-faire* na economia, cujos resultados são apontados por Skidmore: "As reservas cambiais que, em 1945, totalizavam 708 milhões de dólares dissiparam-se virtualmente em um ano e meio; os pequenos saldos externos estavam impedidos de circular, e os ativos líquidos no estrangeiro reduziam-se a 92 milhões de dólares ao final dos primeiros quatro meses de 1947." Isto porque as condições econômicas favoráveis e a política de *laissez-faire* introduzidas num período anterior por homens como Correia e Castro, Ministro da Agricultura, atenderam à demanda interna, entre 1945-47, através de um alto coeficiente de importações. Porém, países como o Brasil não possuem grande capacidade para manter este alto coeficiente. Em face da alternativa de desvalorizar o cruzeiro ao invés de controlar as transferências cambiais, o governo de Dutra preferiu ainda uma vez o último recurso, introduzindo um drástico controle das importações, ao mesmo tempo que mantinha um alto valor para o cruzeiro. Na medida em que a demanda interna permaneceu num nível elevado, houve um forte incentivo à expansão industrial. Além disso, a manutenção de um alto valor para a moeda agiu como um freio para o setor exportador, desviando os investimentos para a

produção interna.⁴⁹ A este processo deu-se o nome de *industrialização espontânea*. Ao final do período de Dutra, o país apresentava uma notável taxa de crescimento econômico. Entre 1945-51, o Produto Nacional Bruto cresceu a 6 por cento ao ano e o Produto Nacional Bruto *per capita* a 3,2 por cento (Skidmore, 1967; Singer, 1965).

Como resultado da política cambial do governo de Dutra, que foi justificada pela necessidade de lutar contra a alta de preços, houve uma redução relativa nas importações de produtos manufaturados acabados, o que por sua vez resultou num estímulo à importação de bens de capital e matérias-primas. "O setor industrial era assim favorecido duplamente: por um lado, porque a possibilidade de concorrência externa se reduzia ao mínimo através do controle das importações; por outro, porque as matérias-primas e os equipamentos podiam ser adquiridos a preços relativamente baixos."⁵⁰

De tudo isso, o país obteve, por um lado, uma taxa anual de crescimento do produto bruto *per capita* de 3 e 3,5 por cento, respectivamente, para os períodos de 1946-49 e 1949-54; e, por outro, o aumento da taxa de poupança para 16 por cento da renda em 1949-51 e 15 por cento em 1952-54. O crescimento inesperado das reservas cambiais entre 1949-51 deu aos empresários brasileiros a oportunidade de importar grande quantidade de equipamento básico. Além disso, o sistema de licenças para importar, instituído em 1947, com o fim de controlar as transferências cambiais, fazia concessões para os materiais e equipamentos essenciais à industrialização, o que deu margem a um novo período de substituição de importações para a indústria manufatureira local. Porém, isto iria provocar também uma nova onda de importações entre 1951-52 (temia-se nesse momento que o agravamento da Guerra da Coreia fosse impedir mais tarde que o país comprasse equipamento essencial; daí o início da política de estocagem de equipamentos). De acordo com as cifras fornecidas por Skidmore, entre 1951 e 1952 as importações de mercadorias totalizaram 1,7 bilhões de dólares em cada ano. Ele observa que, "em 1952, a pressão sobre a balança de pagamentos foi maior que nos anos quarenta. A melhora na relação de preços do intercâmbio externo e o grande aumento das divisas foram mais que

anulados pelo aumento das importações."⁵¹ Os resultados logo se fizeram sentir: já em 1951, houve um déficit de 468 milhões de dólares e, em 1952 (Vargas já era novamente presidente), aumentou para a alarmante cifra de 707 milhões de dólares. Ao final de 1952, a situação da balança de pagamentos era crítica: o déficit era de 612 milhões de dólares. Em junho de 1953, época da Greve dos 300 Mil em São Paulo, o déficit alcançou nada menos que 1 bilhão de dólares. Além disso, o nível interno de preços elevou-se de modo dramático, criando tensões e fazendo subir o custo de vida a níveis intoleráveis para os trabalhadores e setores médios. A elevação do nível interno de preços, de acordo com Furtado (1970), ocorreu porque ao estabilizar-se a taxa de câmbio, o custo real dos equipamentos para o empresário diminuiu; porém, a sociedade como um todo pagou o preço dessa política: o país começou a experimentar rápidas elevações nos preços. Discordando de Skidmore, Furtado aponta para o período 1949-52 um aumento no índice de custo de vida da ordem de 50 por cento.

O processo inflacionário desse período constituiu basicamente uma luta pela redistribuição da renda nacional, sendo o aumento nos preços mera manifestação disso. O que se deve questionar a esse respeito é: porque o aumento do preço do café não levou a um aumento dos bens e serviços fornecidos à sociedade como um todo? Parece (Furtado, 1970) que o aumento do preço de exportação do café deveria ter tido um efeito imediato na renda monetária dos setores agrário-exportadores, já que o produto gerado criava uma massa maior de renda: em outras palavras, nas condições daquele período, um crescimento da capacidade de importar em termos do consumo da nação como um todo. O país, porém, encontrava-se numa situação de controle cambial, que tinha como objetivo dificultar a entrada de bens de consumo e/ou serviços.

As observações de Furtado (1970) a respeito são esclarecedoras: "O incremento da renda disponível para consumo pressiona sobre a oferta de manufaturas, relativamente inelástica, e cria um clima de antecipações extremamente favorável no setor industrial. Este recorre ao sistema bancário em busca de recursos para expandir suas atividades. O sistema bancário, cuja liquidez se havia elevado

(49) Ver Furtado, *op. cit.*, capítulo sobre o processo de industrialização após a II Guerra Mundial.

(50) Cf. Furtado, C., *op. cit.*, edição inglesa, pp. 217-32.

(51) Ver Skidmore, T., *Politics in Brazil, 1930-1964*, Oxford University Press, Oxford, 1967, pp. 81 e ss.

com a expansão da renda no setor exportador, cria os meios de pagamento necessários para que a indústria e o comércio expandam suas atividades. A expansão da renda monetária no setor ligado ao mercado interno pressiona igualmente sobre o nível geral de preços. Como os preços de exportação independem do nível da procura monetária dentro do país, o processo inflacionário tende a anular o ganho na distribuição de renda proporcionado ao setor exportador pela melhora nos termos de intercâmbio. A dificuldade que existe em deter a alta de preços, numa inflação neutra de circuito anual, está em que a estabilização teria como resultado aquilo contra o que o sistema econômico se está defendendo, isto é, a redistribuição da renda real. Em qualquer dia ou mês do ano existe um grupo que está na frente, na luta pela redistribuição da renda."⁵²

Assim, torna-se claro que os grupos industriais nascentes beneficiaram-se da política indireta de proteção à indústria, qual seja, o mecanismo de controle das transferências cambiais. É claro também que os grupos mais ortodoxos ligados ao setor agrário-exportador sentiram que esta política era contra os seus interesses. Quanto às massas populares, o processo inflacionário e as elevações no custo de vida são suficientes para se ter uma idéia do tipo de reação que emergiu nos grandes centros urbanos. Os resultados de tudo isso podem ser assim resumidos: de um lado, a burguesia industrial nascente começava a considerar a necessidade de ter mais participação nas decisões do aparato do Estado, para que os recursos disponíveis pudessem ser geridos em seu interesse; de outro, as massas urbanas, em particular os trabalhadores, irrompiam em movimentos de protesto contra as condições reinantes na época, utilizando-se, para isso, inclusive do recurso à greve. São dessa época as famosas *Passeatas da Panela Vazia*, que protestavam contra os aumentos dos preços, em 1952-53.

3. A conjuntura política

A queda de Vargas foi seguida, após 1945, de várias mudanças na vida social e política do país: com a aceleração do processo de industrialização, o país viu começar a emergir uma burguesia indus-

trial, uma classe trabalhadora de maior proporção e viu crescerem os setores médios, sempre dispostos a apoiar a política que mais lhes promettesse. A democratização do país foi, em parte, consequência das aspirações desses novos setores por participar na política. A burguesia industrial não estava em condições de ter um programa, mas aspirava participar do poder, embora não tivesse plena consciência. As massas populares, cansadas do período da ditadura de Vargas e pressionadas pelo alto custo de vida, queriam experimentar formas de ação que até então tinham estado quase fora de seu alcance.

A ascensão de Dutra, após 1945, serviu para reforçar as contradições inerentes ao processo político iniciado em 1930. Conscientemente ou não, as suas políticas protegiam a indústria. Nas eleições de 1950, os setores agrário-exportadores aceitaram a aliança com Vargas (via PSD) na esperança de, se não empalmar o poder, pelo menos de alguma maneira tomar parte nele. O governo de Dutra, de oposição à classe trabalhadora, além de congelar os salários iniciou uma política de repressão ao movimento operário, denunciando o que chamou de infiltração de "extremistas" nos sindicatos do governo. Além disso, como se sabe, o PC foi proscrito. As tentativas por parte deste partido de formar uma organização central e independente dos trabalhadores foram dificultadas pela atuação dos "pelegos" do Ministério do Trabalho, num primeiro estágio, e depois proibidas diretamente pelo governo.* Foi então que os comunistas definiram sua política de confrontação de classe visando a derrubada do governo. Isto representava, todavia, uma ruptura em relação à sua política anterior de colaboração e mesmo participação em alguns setores do poder. Por outro lado, foi durante o governo de Dutra que o Decreto-Lei 9.070 (15-3-46) foi assinado, praticamente proibindo as greves e colocando-as sob alçada do Estado. O artigo 1 do decreto dizia: "Os litígios entre empregador e empregados devem ser submetidos ao arbítrio ou decisão do Tribunal do Trabalho." E o artigo 9: "Após o julgamento da disputa, o litigante que cumprir sua parte no acordo poderá interromper seu trabalho ou fechar as portas do local de trabalho caso o outro litigante não cumpra a sua parte."

(* Estas tentativas por parte dos comunistas poderiam talvez sugerir um indicio de independência em relação ao Estado. Deve-se, porém, acrescentar que os comunistas estavam tentando, desde 1945, penetrar nos sindicatos oficiais. Em 1945, tentaram formar um órgão central independente, a CTB. Porém, tal órgão não objetivava substituir a estrutura sindical do Estado, mas reforçá-la.

(52) Conforme Furtado, *op. cit.*, edição inglesa, pp. 228-29.

O governo de Dutra não podia, nem procurava, satisfazer as massas urbanas. O resultado disso, para surpresa e consternação dos liberais, foi o retorno de Vargas ao poder por meio das urnas. Vargas se tornou o centro de convergência de interesses diversos. Ao assumir o poder, proclamou-se o porta-voz das massas que não tinham como expressar as suas aspirações políticas e rompeu com a política de controle dos trabalhadores do governo anterior. Vargas encorajou a organização de sindicatos e iniciou a sua liberalização, abolindo o "atestado de ideologia" introduzido durante a repressão do governo de Dutra. Houve, em consequência, um período de eleições sindicais "menos" controladas pelo aparato estatal. Este período coincidiu com as tentativas do Partido Comunista de infiltrar-se, com algum sucesso, na estrutura sindical oficial. Era uma tarefa bastante difícil para a oposição (o PC e os militantes socialistas), integrar-se na vida do movimento sindical até então controlado pelos pelegos. Em muitos sindicatos a atuação da oposição sindical limitava-se a conseguir que as massas trabalhadoras se abstivessem no caso de haver um só candidato para eleição. É bom lembrar que a força de trabalho na indústria dobrou no período 1940-53, aumentando de 781 185 para cerca de 1 500 000.⁵³ Vargas, deste modo, alterou a política estatal com relação à classe trabalhadora; porém, não no que dizia respeito à burguesia industrial. A política de controle das transferências cambiais foi mantida. Os empresários, entretanto, começaram a vir para o centro do debate político e começaram a lutar por sua participação no poder. Esta foi, em parte, uma das causas da discussão em torno de um projeto de desenvolvimento nacional, de nacionalização *versus* empresa privada.*

Este debate polarizou por algum tempo a nação, em particular setores do Exército. Os militares nacionalistas começavam a perder sua velha influência. Era o início do fim para Vargas: os comandantes capazes, como Estilac Leal, que tinham garantido o poder a Vargas quando a UDN tentou impedir sua posse em 1951,

(53) Ver Telles, J., *O Movimento Sindical no Brasil*, Vitória, Rio de Janeiro, 1963.

(*) É interessante notar que os comunistas tanto influenciaram como foram afetados por este debate. Levando-se em conta as origens nacionalistas do PC, isto teria importantes consequências para o movimento operário. Após 1953, ou seja, após a grande vitória na Greve dos 300 Mil, os comunistas tornaram-se a principal influência política dentro do movimento operário. Defendendo uma linha de *aliança com a burguesia* a fim de criar as condições para o desenvolvimento pleno da "revolução burguesa", os comunistas iriam dirigir a classe trabalhadora para a política populista, com todas as suas consequências, como a subordinação da classe ao Estado.

começavam a ver a sua influência declinar. Por outro lado, em virtude da intensificação da Guerra Fria, o PC mantinha uma atitude de intransigência absoluta em relação ao governo de Vargas. Segundo esse partido, o presidente estava comprometido com o imperialismo, pois, ao mesmo tempo em que denunciava os grupos internacionais e a remessa de lucros para o estrangeiro, tinha assinado o Acordo Econômico Brasil-Estados-Únidos. Porém, ao tomar a decisão de adotar uma política nacionalista, Vargas mobilizou todo o país para o debate em torno da influência do capital estrangeiro e do imperialismo, o que nunca tinha acontecido antes. A campanha pelo monopólio estatal do petróleo tocou os trabalhadores, que também se sensibilizavam pela questão do desenvolvimento. Isto se deveu, em parte, à campanha do PC, segundo a qual o Estado deveria adotar uma política de nacionalização total, ao invés de uma economia mista. Era mais ou menos comum, entre a esquerda, a idéia de que quanto mais o Estado entrasse na economia, mais preparados estaríamos para um processo de socialização.

A UDN estava na oposição e, apesar de não ter se constituído no partido da burguesia industrial, por excelência, que começava a ingressar no domínio das disputas políticas, veio a exprimir a oposição desses setores, que viam diante de si o espectro da crise econômica, agravada pelo sério problema na balança de pagamentos. Os setores agrário-exportadores intensificaram seus protestos contra a política cambial. A imprensa, incluindo as iniciativas de Lacerda, foi um dos instrumentos principais utilizados para jogar a opinião popular contra o presidente. O tom nacionalista de Vargas e os seus constantes apelos às massas trabalhadoras alarmavam a burguesia e todo o setor conservador. A Política de Conciliação de Vargas desintegrava-se. Polarizados pela reação da direita, os militares começaram a externar também a sua preocupação. Isolado pela direita, vendo fenecer a sua velha autoridade e tendo que antagonizar com a oposição formada pelos setores mais ortodoxos do PSD dentro de seu próprio governo (sendo porta-voz desta oposição o Ministro do Trabalho, Segadas Viana), Vargas voltou-se para as massas populares. No início de 1953 prometeu uma revisão do salário mínimo, que estava congelado desde 1951. Porém, a eleição de Jânio Quadros para a prefeitura de São Paulo, derrotando até mesmo o esquema apoiado por ele, serviu para mostrar que o presidente não possuía mais o mesmo poder de magnetizar as massas.

As reservas cambiais diminuíram ainda mais, devido ao ele-

vado coeficiente de importações. Surgia agora, em 1953, uma crise de importações de equipamento industrial, porque terminava o processo de transferência dos lucros da produção em geral (cuja força principal ainda era a exportação de café) para as mãos dos empresários (Furtado, 1970). A produção industrial declinava de modo desastroso (Skidmore). Ao elevarem-se os preços, internamente, a imprensa investiu abertamente contra Getúlio. A *Folha da Manhã*, de 4-2-1953, analisava a situação afirmando que a crise devia-se ao fato de que a população consumia mais do que o país podia produzir. Apelos eram lançados contra a intenção do governo de aumentar os salários. Em janeiro de 1953 irrompeu no Rio a primeira de uma série de greves de trabalhadores (indústria têxtil), que exigiam um aumento salarial de 60 por cento.* Com a mediação do governo, eles conseguiram 42 por cento. Imediatamente, as Associações Comerciais e Industriais externaram a sua preocupação com a política econômica e a liberdade de ação concedida pelo governo aos sindicatos. Estas iniciativas tinham um claro caráter de classe: o objetivo dos empresários era "sensibilizar" os seus representantes ainda ligados à Política de Conciliação do governo. Em consequência da greve, abriu-se o debate, no país, em torno do aumento dos salários dos

(* Outro ponto importante a ser notado em relação ao papel do PC nessa conjuntura da vida política brasileira prende-se aos seguintes fatos: (1) A consequência da política adotada no período 1947-49, de confrontação entre os comunistas e os representantes da burguesia, foi a emergência de uma maior combatividade entre os trabalhadores; porém, mais tarde, o PC iria condenar a sua própria posição na época e mudar suas linhas. (2) Por volta de 1953, a política de liberalização de Vargas, dirigida à classe trabalhadora, resultara numa posição mais flexível em relação à atuação política deste partido. (3) Ao mesmo tempo, a oposição do PC a Vargas iria colaborar para que a classe trabalhadora desenvolvesse um grau de independência e autonomia em relação ao governo maior e, em certa medida, ao Estado. As consequências de todos esses fatores seriam acontecimentos como a Greve de 1953 em São Paulo. O quadro 5 abaixo confirma, de certa forma, esta interpretação:

QUADRO 5 — OCORRÊNCIA DE GREVES NO PERÍODO 1951-1952

Causas	Número de greves	%
Aumento salarial	96	36,3
Pagamento de salários atrasados	38	14,4
Solidariedade à classe	27	10,2
Melhores condições de trabalho	13	4,9
Bonificação de Natal	9	3,4
Admoestação	7	2,6
Contra a alta de preços	7	2,6
Contra o governo		
Salário mínimo	3	1,1
Outros motivos	64	24,2

FONTE: Telles, J., *O Movimento Sindical no Brasil*, Editora Vitória, Rio, 1962, p. 58.

trabalhadores. Vargas anunciou então seu propósito de elevar os salários, o que agravou a crise dentro do próprio governo: o Ministro da Agricultura, Horácio Lafer, envolvido numa política estabilizadora, opôs-se ao aumento; o diretor do Banco do Brasil, Jafet, mantinha uma política de crédito restrito aos industrialistas. Um episódio foi suficiente para inflamar ainda mais a atmosfera política. Em fevereiro de 1953, um mês antes de irromper a Greve dos 300 Mil em São Paulo, Negrão de Lima, do PSD e líder do governo no Congresso, provavelmente de olho numa posição no governo, exprimiu o desejo de uma reforma ministerial ao discursar a 11 de fevereiro, denunciando a "bancarrota das elites do país". Isto podia ser interpretado de duas maneiras: como uma referência àqueles que nos vários partidos apoiavam Vargas e estavam representando no governo; ou então à oposição udenista. A imprensa e a UDN, logicamente, interpretaram o discurso como uma referência a eles. E passaram a denunciar Vargas à nação, afirmando a sua intenção de usar as massas populares para uma manobra continuísta. Obviamente, este não era apenas um recurso de retórica. Poucos dias após o discurso, Lima foi obrigado a se retratar, declarando que o discurso fora mal interpretado. Segundo ele, seu único intento fora trazer as elites, incluindo a oposição, para mais perto do governo. Vargas envolvia-se cada vez mais em contradições.

A 6 de março, o presidente foi forçado pelas circunstâncias a receber os trabalhadores da indústria eletrônica de São Paulo. Este setor começava a demitir empregados devido às novas restrições às importações de matérias-primas necessárias para o setor. A crise econômica atingia a burguesia industrial tanto quanto os trabalhadores. Cinco dias depois, em São Paulo, uma passeata de trabalhadores da indústria têxtil deu início a um dos maiores momentos de luta por parte da classe trabalhadora paulista. Eles apresentaram as suas exigências da seguinte forma: 1) De acordo com os dados oficiais, o custo de vida subiu 19,8 por cento entre janeiro de 1952 e janeiro de 1953; porém, esses dados não eram verdadeiros, porque baseados nos preços da COAP (órgão oficial, cuja função era manter os preços dos bens de consumo), que falhara na luta contra o custo de vida; 2) os trabalhadores queriam um acordo direto com os seus empregadores, para que não fosse necessário empregar medidas extremas (ou, em outras palavras, a greve).*

(* Passados 25 anos destes acontecimentos, é interessante notar como, em condições históricas inteiramente diferentes, a mesma questão da negociação direta entre trabalhadores e

Como se verá mais adiante, o conflito de classe, até então apenas implícito na luta pela redistribuição da renda, tornava-se agora aberto e explícito. Os trabalhadores iniciavam a sua movimentação timidamente, porém, a luta, que iria durar cerca de um mês, iria mostrar, pela primeira vez desde a democratização, que eles começavam a definir uma política própria de confronto. Sua "timidez" inicial constituía uma tática, por parte dos líderes do movimento, para trazer à cena da luta uma massa de participantes maior, e não falta de firmeza.

A oposição, agora mais apta para mobilizar os militares para o seu lado, aproveitou esses acontecimentos para pressionar Vargas ainda mais, usando a imprensa, da mais liberal à mais conservadora. Com o movimento grevista de São Paulo, Vargas sentia-se ainda mais isolado; voltou, então, a sua atenção inteiramente para a classe trabalhadora. A reforma ministerial de junho, quando a greve acabou, faria surgir no cenário político nacional a figura de João Goulart, como novo Ministro do Trabalho que, imediatamente, propôs um aumento de 100 por cento no salário mínimo. Isto provocou uma reação direta da parte de importantes setores militares, a primeira de uma série de reações que iria culminar com a tragédia de agosto de 1954. Além da reforma ministerial houve uma reforma cambial pela qual o governo aboliu a taxa de importação, o que significava atender, ainda que em parte, às reivindicações dos setores agrário-exportadores. Finalmente, num discurso proferido em 31 de dezembro de 1953, Vargas denunciou, de modo categórico, os grupos econômicos internacionais que estavam drenando a economia do país. Ele tentava, definitivamente, apelar para as massas populares. Contudo, a tempestade já irrompera. Imensas pressões, incluindo as do imperialismo americano, organizavam-se em toda a parte. Em agosto de 1954, Vargas suicidou-se, renunciando com seu gesto a crise que dez anos mais tarde abalaria o país e faria instaurar o regime de 1964. Em 1954, a história propunha como tragédia o que dez anos depois se repetiria como farsa: a rejeição da política de mobilização de massas visava criar as condições para a expansão, em novas condições, do sistema capitalista no país, apoiado nas grandes empresas estrangeiras. O que àquela época não estava claro era que às gran-

empregadores reaparece como um tema importante do movimento sindical. Sobre este ponto, ver as recentes declarações de Luís Inácio da Silva, o Lula, do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo.

des empresas estatais caberia o papel de coadjuvantes daquela expansão.

4. A Greve dos 300 Mil

O ano de 1953 veria ocorrer um dos mais significativos episódios de uma série de movimentos grevistas ocorridos nos anos 50. As condições políticas, associadas aos efeitos da crise econômica, tornaram irreversível a emergência dessa forma de conflito. O movimento de 1953 ocorreu depois de uma série de greves, no ano anterior, que, segundo um autor, mobilizaram cerca de um milhão de trabalhadores em todo o país.⁵⁴

No dia 10 de março, em acordo a uma decisão tomada numa assembléia geral do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria Têxtil, 8 mil trabalhadores fizeram uma manifestação no centro da cidade de São Paulo, para tornar conhecida pela associação dos empregadores uma série de reivindicações. Durante a manifestação, um dos líderes dos trabalhadores, o tecelão Antonio Chamorro, fez um discurso em que afirmava o desejo dos trabalhadores de chegarem a um acordo com os patrões e sua intenção de agir de modo pacífico para obter suas reivindicações. Refutando a acusação da Delegacia Regional do Trabalho, que chamara o movimento, quando ainda estava sendo organizado, de obra de "agitação social", os trabalhadores decidiram entregar aos patrões uma lista de exigências, deixando claro o aumento que pretendiam e ressaltando a necessidade de um acordo geral sobre aumentos de salário como tinha havido em 1945, 1946 e 1952. Pediam um encontro para iniciar as negociações, e elogiavam o trabalho do seu sindicato pelos trabalhadores, "assegurando-lhes um padrão de vida melhor, face ao alto custo dos bens e serviços". Entretanto, tudo indica que os trabalhadores já anteviam que seu verdadeiro alvo era o Estado: já começavam a acusar a Delegacia Regional do Trabalho de ignorar completamente as condições de vida dos trabalhadores, de ignorar que o salário de apenas 1.584 cruzeiros, pouco mais que o salário mínimo nacional, era o recebido pela grande maioria. Os trabalhadores tratavam de receber também as informações oficiais sobre o custo de vida, segundo

(54) *Idem, op. cit.*

eles, distorcidas para evitar aumentos maiores e reais de seus salários. De novo, o Estado era o alvo: a crítica dirigia-se à COAP. Os líderes do movimento, ligados ao Partido Comunista, encaminhavam a onda de protestos contra o Estado dirigido por Vargas, seu grande inimigo na época. Quanto aos empresários, isto é, a classe que lhes era diretamente antagonista, os trabalhadores começavam por propor-lhes um acordo; só mais tarde é que o antagonismo emergiria.

A resposta dos empresários foi dada na mesa de negociações organizada pelos trabalhadores: em face da exigência de 60 por cento, consideravam que as negociações não poderiam continuar. Em nota à imprensa, os empresários diziam que algumas firmas não poderiam de modo algum arcar com o aumento, por causa da crise econômica. Frente à impossibilidade de um acordo, o sindicato decidiu, então, encaminhar a greve. Logo depois, em 26 de março, outro sindicato, o dos trabalhadores metalúrgicos, também se reuniu e decidiu pela greve, apresentando dois motivos: 1) solidariedade com os trabalhadores da indústria têxtil; 2) suas exigências também não tinham sido atendidas pelos patrões. Assim, começaram a se formar os dois pilares fundamentais do movimento, influenciados pelo PC e outros pequenos agrupamentos da esquerda, como o PSB, cujos militantes atuavam nos dois sindicatos. O movimento era absolutamente unido e, aparentemente, seguia a tática de exaurir os meios jurídico-legais e então partir para o confronto direto. Entretanto, *três dias antes da decisão de entrar em greve, pequenos grupos isolados de trabalhadores já tinham iniciado por conta própria o movimento*, o que, aliás, motivara um protesto da assembléia geral do Sindicato dos Metalúrgicos ao Governo do Estado, por causa da repressão violenta efetuada pela polícia contra esses grupos. Como se pode ver, a tendência da base operária de ir à greve era grande.

Nas assembléias gerais ficou decidido também que os empregadores deveriam ser avisados de que os trabalhadores não aceitariam descontos nos salários por causa do tempo de trabalho perdido com a manifestação pública do dia 10, quando apresentaram as suas reivindicações. E acrescentavam que não voltariam ao trabalho caso algum de seus membros fosse demitido por causa da greve. Aproveitavam também a oportunidade para externar a sua solidariedade aos médicos e funcionários públicos que organizavam, por sua vez, a sua jornada de protesto por salários mais altos.

Segundo os dados da imprensa (*Folha da Manhã*, 27-3-1953), no primeiro dia da greve, 30 mil trabalhadores têxteis e 30 mil tra-

balhadores metalúrgicos tinham interrompido o trabalho, de um total de 120 mil e 96 mil trabalhadores, respectivamente. Desde o início, como se viu, houve choques entre os trabalhadores e a polícia, mobilizada pelo governo do Estado com o fim de suprimir o movimento. Os grevistas organizaram piquetes que funcionavam a partir das cinco horas da manhã na porta das fábricas, para assegurar a adesão de outros companheiros, parecendo ter tido resultado, pois o movimento cresceu nos dias seguintes. A repressão foi levada a cabo pelo Departamento de Ordem Política e Social (DOPS), do Estado de São Paulo, o qual anunciara na imprensa que "a lei e a ordem pública" seriam mantidas a todo custo: estavam proibidas "passeatas, marchas e reuniões não permitidas por lei". Também foi anunciado que seria preservado o direito de qualquer trabalhador que não quisesse aderir ao movimento, e toda proteção possível à propriedade privada. Os choques de rua com os trabalhadores, que logo se verificaram, levaram o DOPS a pedir o auxílio da Secretaria de Segurança Pública do Estado para suprimir a agitação. O Secretário da Segurança Pública do Estado, por sua vez, apelou para a ajuda do II Exército, localizado na cidade. Os militares, porém, tomaram a posição de observadores atentos. Alguns dias depois, toda a polícia civil e armada do Estado tomava parte ativa no movimento, e a Polícia Militar era posta em alerta.

De sua parte, os líderes eram surpreendidos pela antecipação do movimento, que revelava a existência, na base do movimento operário, de uma tendência *espontânea* da classe de ir à ação. Aliás, segundo tudo indica, o sindicato recolhia ao propor a greve, essas tendências espontâneas da base. As classes dominantes procuravam rapidamente usar o sistema repressivo para impedir que a greve se espalhasse. Entretanto, no governo, Vargas evitava envolver-se pessoalmente, e o seu Ministro do Trabalho, Segadas Viana, anunciou que uma comissão seria formada para estudar o aumento do salário mínimo em 1955, isto é, dois anos mais tarde. Entretanto, o próprio Vargas tinha anunciado, no início do ano, a sua intenção de conceder um aumento. As diversas tendências dentro do gabinete, que Vargas esforçava-se por unificar, entravam então em conflito.

O conflito de classe se manifestava primeiramente na direção do Estado. Nos primeiros dias da greve, a Delegacia Regional do Trabalho tentou caracterizá-la como ilegal e levou o caso ao Tribunal Regional do Trabalho, apelando para os termos do decreto 9.070. As reações dos líderes grevistas também tiveram caráter legal: refu-

taram a ilegalidade da greve e declararam que a lei em nome da qual o movimento estava sendo reprimido era ilegal. Assim, os líderes operários do movimento, sob influência dos comunistas, decidiram passar à ofensiva, alegando que o decreto 9.070 era inconstitucional.

A greve continuou e novos grupos anunciaram sua adesão: carpinteiros e gráficos, comunicaram que apenas esperavam uma resposta dos patrões às suas reivindicações de salário para se decidir, caso esta fosse desfavorável, também entrariam em greve. A 28 de março, a greve espalhou-se pela primeira vez para fora de São Paulo e atingiu a Osasco, onde trabalhadores de quatro empresas metalúrgicas aderiram ao movimento. As cifras apresentadas pelos líderes da greve mostravam a seguinte situação: 31 indústrias metalúrgicas paralisadas, perfazendo um total de 25 mil grevistas; 50 firmas têxteis paradas, em número de 80 mil trabalhadores.

O movimento, segundo a imprensa, tinha a seguinte organização interna: a) pequenos grupos de 30 ou 40 trabalhadores mantinham os piquetes funcionando; b) cada sindicato tinha uma comissão própria de greve, que funcionava separada da diretoria do sindicato e era formada por líderes do movimento; c) um Comitê Central da Greve detinha o comando geral do movimento, desempenhando no conflito um papel mais importante do que a atuação de qualquer um dos sindicatos individualmente.

Após a primeira semana de greve, os empresários começaram a demonstrar sinais de inquietação diante do movimento. Os trabalhadores estavam melhor organizados do que se previra. Desta forma, caberia aos patrões fazer as primeiras propostas conciliatórias; entretanto, as primeiras ofertas, de 20 a 30 por cento, foram recusadas pelos trabalhadores. A imprensa, refletindo a posição das classes dominantes, denunciou um plano de intervenção federal em São Paulo e que usaria a greve como pretexto. A *Folha da Manhã*, no editorial de 29-0-1953, manifestava o temor dos grupos conservadores, exagerando a situação em termos de ameaça de uma revolução social. Os partidos políticos tradicionais, representados na Câmara Municipal de São Paulo, temiam que o movimento durasse um tempo longo demais causando agitação crescente. Entretanto, o governador do Estado, Lucas Nogueira Garcez, forçado por sua posição, concedeu uma audiência a líderes dos trabalhadores que protestavam contra o aumento do custo de vida. Na atmosfera populista do Brasil na época, o Governador não hesitou em afirmar: "Eu compreendo o seu problema, porque também sou do povo."

Os últimos dias de março veriam o movimento crescer e desenvolver, de forma mais clara, o seu caráter de classe, embora ainda não de forma completa. Os trabalhadores da indústria de marcenaria e carpintaria recusaram a oferta de 20 por cento feita pelos seus empregadores e resolveram aderir ao movimento. No dia 31 de março, sem a autorização dos líderes sindicais, uma manifestação de massa, cujos números foram além das estimativas da imprensa, teve lugar na tradicional Praça da Sé, velho local de choques entre comunistas e integralistas durante o Estado Novo. A polícia política, a cavalaria da Força Pública, o Corpo de Bombeiros e a Guarda Civil, entraram em ação contra os manifestantes usando de extrema violência. Os manifestantes responderam aos cassetetes e às bombas de gás lacrimogêneo com pedaços de pau de caixas de frutas e pedras, a luta durou das quatro da tarde às oito da noite, e resultou em centenas de prisões. Um comitê de deputados estaduais, membros dos três maiores partidos do Estado (PTB, PSP e PSD), que estava presente, para unir-se aos manifestantes ou tentar manipulá-los, também se chocou com a polícia. No mesmo dia, outro grupo de trabalhadores, também sem a autorização da direção do seu sindicato oficial, invadiu uma fábrica têxtil e exigiu a sua paralisação. A base do movimento parecia disposta a radicalizar a sua ação.

Um fato curioso — que talvez reflita a imagem que parte dos dirigentes das classes populares faziam dos militares na época — foi a tentativa dos líderes grevistas de negociar com o Comandante da Segunda Região Militar do Segundo Exército, pedindo a sua ajuda contra a polícia do Estado. Os líderes do movimento pareciam atribuir às Forças Armadas a mesma função que era atribuído ao Estado de Vargas: a de um árbitro imparcial acima de todas as classes.

Mas, a greve, àquela altura, já comprometera toda a base do Estado de Compromisso de Vargas. Toda a política nacional girava agora, de alguma maneira, em torno do conflito. Enquanto o governo Federal preparava-se para levar adiante a reforma ministerial, a imprensa de todo o país comentava assustada os acontecimentos da Praça da Sé. O *Estado de S. Paulo* (1-4-1953) apelava para as classes conservadoras para que agissem antes que fosse tarde demais, e renovava a sua acusação contra Vargas, de que era ele quem estava por trás da greve, através do PTB, com o intuito de produzir um clima de desordem que poderia favorecer um golpe continuista. A Delegacia Regional do Trabalho, cuja orientação estava ligada ao

PSD, fez uma tentativa de resolver, as diferenças. Propôs um aumento de 23 por cento, com base nos cálculos feitos por órgãos oficiais da Prefeitura Municipal de São Paulo. Mas a proposta não foi aceita, nem pelos empregadores, que ofereciam somente 20 por cento, nem pelos trabalhadores, que ainda pressionavam por 60 por cento. A esta altura, o "pelego" Deocleciano Cavalcanti interveio publicamente como presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria. Em nome da harmonia entre as classes, propôs um aumento menor que o exigido pelos trabalhadores em greve, comprometendo-se, ao mesmo tempo, a chegar a um acordo com os patrões. Após uma reunião com a Federação das Indústrias de São Paulo (FIESP), Cavalcanti anunciou que um acordo já era possível. Mas os seus esforços foram praticamente ignorados pelos grevistas e, até o final do conflito, pouco ou nada mais se soube sobre ele.

Outra semana se passou e a greve continuava a crescer. Após a adesão dos carpinteiros e marceneiros, envolvendo inicialmente 90 empresas, os sindicatos da indústria do papel e de gorduras comestíveis tiveram que obter rapidamente um acordo com os empregadores, à base de aumentos entre 15 e 20 por cento, como forma de evitar a greve. Os velhos pelegos ainda tinham alguma eficácia no controle das bases que ameaçavam agir. A seguir, também os vidreiros anunciaram a sua decisão de entrar em greve caso o seu pedido de 60 por cento não fosse atendido. Depois de uma assembleia geral que não fora organizada pelo sindicato oficial, a imprensa noticiou que algumas firmas do setor estavam paralisadas. O movimento continuava a demonstrar vitalidade na base, provocando fatos novos através de ações até mesmo fora dos sindicatos, cuja debilidade era evidente.

No dia 2 de abril, o governador do Estado interveio como mediador, pedindo aos trabalhadores que aceitassem os 23 por cento propostos pela Delegacia Regional. Os trabalhadores, aparentemente cedendo, afirmaram que iriam estudar as propostas. Por sua parte, o prefeito eleito de São Paulo, Jânio Quadros, também manifestava o seu apoio aos trabalhadores. Mesmo os líderes populistas desvinculados do aparato sindical sentiam-se na obrigação, no momento da greve, de se solidarizar com os trabalhadores.

Enquanto isso, novos choques ocorriam na Praça da Sé, envolvendo grupos aparentemente independentes dos sindicatos; de novo, houve mais de uma centena de prisões. Entretanto, no mesmo dia, cifras divulgadas pelos líderes do movimento mostravam que

100 mil trabalhadores têxteis estavam agora em greve, assim como 75 mil metalúrgicos, em um total de 207 fábricas paralisadas. A imprensa noticiou a adesão dos trabalhadores das indústrias de tinta e de cerveja. Setores da classe média começaram a manifestar sua solidariedade: estudantes de direito, na Faculdade de São Francisco, deram seu apoio; um grupo de médicos anunciou a sua decisão de oferecer os seus serviços aos grevistas e às suas famílias; segundo foi noticiado pela imprensa, alguns comerciantes também ofereceram mantimentos aos grevistas. Em Osasco, o número de trabalhadores parados no setor metalúrgico era estimado em 3 mil. O movimento espalhava-se para outros setores: vidro, gás, construção civil, sapatos, doces, conservas e telefones. Com exceção dos trabalhadores do setor de telefones, as exigências de aumento de salário variavam entre 50 e 60 por cento.

No dia 3 de março, a imprensa noticiou, pela primeira vez a emergência de algumas divisões no movimento. Aparentemente, os comitês de greve começavam a ultrapassar os limites impostos pelas direções dos sindicatos, que mostravam uma tendência a aceitar as propostas conciliatórias da Delegacia Regional de um aumento de 23 por cento. Todavia, essa tendência foi derrotada nas assembleias gerais realizadas para discutir tais propostas, o que indica que o PC detinha a maior influência no movimento e que as suas propostas imediatas iam de encontro às aspirações das massas.

Nova manifestação ocorreu na Praça da Sé, envolvendo cerca de 300 trabalhadores e choques com a polícia, resultando 23 trabalhadores presos. A liderança do sindicato censurou a manifestação, dando sinais de impaciência ante a iniciativa das bases, e recomendou que seus membros não participassem mais de manifestações, a não ser das que fossem organizadas pelo próprio sindicato. Estas discussões refletiam orientações diversas dos vários grupos da esquerda quanto à tendência *espontânea* da base, de radicalizar o movimento; porém, não se dispõe de informações suficientes para avaliar este ponto em toda a sua extensão. Outra hipótese possível é a de que essas tendências mais radicais coexistiam dentro do próprio PC. Inclino-me pela última hipótese como a mais provável pois, além desse partido, não havia outras organizações de esquerda com potencial suficiente para organizar manifestações de tal porte.

Em face da recusa dos grevistas em aceitar a proposta conciliatória de 23 por cento, os representantes do Tribunal Regional do Trabalho refizeram a sua oferta, aumentando-a para 28 por cento.

Representantes federais, em São Paulo, propuseram que os trabalhadores decidissem, diretamente, por meio do voto secreto, sobre a continuação da greve, mas isto foi recusado em assembléia geral. Enquanto isso, no governo, os próprios porta-vozes do Ministério do Trabalho declaravam que a greve era uma consequência do programa liberalizador de Vargas em relação aos sindicatos, e pediram que fosse novamente introduzido o *atestado de ideologia* como exigência para a apresentação de candidatos nas eleições sindicais.

No entanto, a partir de 7 de março, a greve começou a mostrar vigor fora de São Paulo: movimentos foram iniciados em Taubaté, Santos e Sorocaba, no interior de São Paulo. Nos dias seguintes aumentou a tensão no Governo Federal e as facções dentro do governo acusaram-se mutuamente, enquanto novos setores operários aderiam à *parede* — tais como os trabalhadores da indústria de calçados — e outras cidades viam o movimento crescer.

No dia 10 de abril, o vigésimo dia da *parede*, foi formado o *Comitê Intersindical de Greve*, constituído pelos comitês de greve de cada sindicato. Este novo elemento na organização da greve vinha se desenvolvendo desde o início do movimento, porém, só agora as condições objetivas permitiam a sua emergência. O Comitê era uma resposta à necessidade dos líderes de dar ao movimento o caráter de uma força única. Respondendo à proposta de 28 por cento do Tribunal do Trabalho, os representantes dos trabalhadores concordaram, pela primeira vez, em negociar, e propuseram um aumento de 50 por cento para os operários das indústrias têxtil, metalúrgica, madeireira e vidreira.

Mas, enquanto a este nível o conflito se dirigia para as negociações, ao nível da base operária ele se radicalizava. A 9 de março, irrompeu uma manifestação de trabalhadores na Moóca, contra o custo de vida, em que participaram, segundo Telles (1962), 20 mil pessoas, sob a liderança do líder de esquerda Eugene Chemp. A manifestação começou na ruas e, conforme noticiou a imprensa, foi dispersada a tiros de metralhadora. Teve início, então, uma pequena batalha entre os trabalhadores e a polícia, aqueles usando ainda pedras e pedaços de pau. Houve vários feridos, e um deputado do PSB no Congresso, denunciou a atuação da polícia, afirmando que uma pessoa teria sido morta. As autoridades negaram o fato, mas admitiram que vários civis e policiais foram feridos. A polícia política acusou os comunistas de terem organizado a manifestação, e os líderes sindicais acabaram se dissociando do fato. A manifestação pode

ser atribuída a uma tendência mais radical da própria esquerda; porém, a participação massiva de setores da classe trabalhadora mostra que havia condições para a emergência dessa tendência mais radical dentro do movimento. Admito que estas hipóteses são difíceis de provar. Porém, há outros indícios de que tendências espontâneas e mais radicais estavam se manifestando na base do movimento. No mesmo dia da manifestação, um piquete formado de trabalhadores de diversas indústrias atacou um veículo do Grupo Matarazzo, usado para transportar trabalhadores que não tinham aderido ao movimento. Fatos como esses se repetiram durante todo o movimento.

Por outro lado, chegavam de todo o país notícias do surgimento de outros movimentos grevistas. No Rio, os trabalhadores das docas tinham entrado em greve; em Santos, começava a agitação. Na Estrada de Ferro Sorocabana, os trabalhadores deixaram de lado as ferramentas e, de acordo com Telles (1962), organizaram uma marcha de cerca de 3 mil pessoas pelo meio dos trilhos. Mais uma vez a manifestação foi reprimida. Também em Cotia, perto de São Paulo, os trabalhos na indústria têxtil foram paralisados. Na cidade de São Paulo, a imprensa anunciou a ameaça de uma greve no setor oficial de transportes (CMTC). O movimento estendeu-se para Jundiá, Sorocaba e Ribeirão Preto. Em Osasco, houve mais choques entre trabalhadores e a polícia. O movimento irrompeu também nos subúrbios industriais de São Caetano e Santo André. A greve ameaçava se generalizar.

Vargas, de sua parte, manobrava em todas as direções. Ao encontrar-se com o governador de São Paulo, manifestou a intenção de esclarecer o papel do PTB, do qual era o líder, no momento. Vargas também anunciou oficialmente seu desejo de aumentar o salário mínimo imediatamente. Viana denunciou tal desejo como uma conspiração continuísta de Vargas, apesar de ser ainda seu Ministro. Vieram, então, notícias de fontes oficiais de que o governo se preparava para declarar o estado de sítio. A tensão entre os conservadores e os getulistas crescia.

Porém, o movimento já estava perto de um acordo, pois o Comitê Intersindical de Greve anunciaria, logo a seguir, que os trabalhadores estavam dispostos a chegar a um entendimento na base de um aumento de 32 por cento nos salários, renunciando, portanto, às suas posições anteriores. Por outro lado, os gráficos, que reivindicavam um aumento de 75 por cento sobre o seu nível salarial de 1949, aderiam à greve. De novo, em 15 de abril, piquetes

de trabalhadores na indústria têxtil atacaram um caminhão que conduzia um grupo de furagres para o trabalho. Doze prisões foram feitas, todas de mulheres, pois deve-se recordar que, na época, grande parte dos trabalhadores da indústria têxtil eram mulheres.

O Tribunal Regional do Trabalho prosseguia nos procedimentos burocráticos para julgar a validade da greve que estava prestes a terminar com a concessão de um aumento de 32 por cento. Enquanto isso, um comunicado do Comitê Intersindical de Greve afirmava que os trabalhadores só retornariam ao trabalho se fossem atendidas algumas de suas condições: 1) se o acordo de aumento salarial fosse feito para o conjunto dos trabalhadores e não para os ramos industriais em separado; 2) se os operários presos durante a greve fossem libertados; 3) se não houvessem descontos nos salários por causa da greve; 4) se houvesse garantias contra as represálias, após o fim do movimento. Assim, a solução para o conflito, apesar de ter de passar por um acordo que institucionalizava a sua expressão, se subordinava, não obstante, a outro nível da solidariedade de classe. Os trabalhadores eram, sem dúvida, os vencedores; porém, queriam assegurar os termos de sua vitória segundo as condições que afirmavam os seus direitos.

No dia 18, apesar de um comunicado da polícia política anunciar a libertação de todos os presos políticos, os líderes do movimento declaravam que as condições para o término da greve não tinham sido atendidas. Os gráficos continuavam com seu movimento, e vários jornais deixaram de sair. No dia 22, o Congresso Nacional começou a estudar a regulamentação da lei de greve, nunca concluída até 1964. O governo do Estado, três dias depois de declarar que não detinha mais prisioneiros, libertou vários trabalhadores que tinham sido presos semanas antes.

No dia 23, alguns setores, como os de trabalhadores em vidro, madeira e metalurgia começaram a voltar ao trabalho. Começava a chegar ao fim o grande movimento. Os trabalhadores da indústria têxtil, porém, continuavam o seu movimento, alegando que ainda havia prisioneiros políticos. Os empresários, então, exigiram publicamente a repressão dos "líderes comunistas".

Pouco antes do final da greve, houve choques junto aos portões de fábricas onde ainda havia piquetes. Finalmente, no dia 24 de abril, um mês depois do início da greve, vários setores, incluindo-se os trabalhadores da indústria têxtil, anunciaram a sua disposição de

voltar ao trabalho. Os acordos assinados em São Paulo pelos principais sindicatos envolvidos na greve estenderam-se às cidades do interior do Estado. Só os gráficos permaneceram em greve até o dia 26 de abril, obtendo um aumento de aproximadamente 70 por cento.

Assim terminou o poderoso movimento que iria provocar a reforma ministerial de Vargas, dois meses depois. Para a pasta do Ministério do Trabalho era designado nada menos que Goulart, assessor trabalhista do presidente, que controlava, em grande parte, o aparato sindical brasileiro. Sua primeira medida foi propor um aumento salarial de 100 por cento para o conjunto dos trabalhadores urbanos. Entretanto, esta decisão desencadeou a reação dos militares que, finalmente, derrotaram Vargas em 1954.

O movimento teve como conseqüência, além da afirmação do direito de greve, na prática, a criação do embrião de uma estrutura paralela dentro do movimento sindical. O Comitê Intersindical de Greve seria mais tarde substituído pelo Pacto de Unidade Intersindical (PUI). Anos depois, ele iria ajudar a formar o Pacto de Unidade e Ação (PUA), que foi um dos pilares do ilegal Comando Geral de Trabalhadores (CGT), durante o período do governo Goulart. Foram precisamente estes embriões de estrutura paralela do movimento sindical brasileiro, derivados de circunstâncias particulares da luta de classes em 1953, nos anos que antecederam o golpe de 1964, que serviram, de um lado à política populista de Goulart com a mobilização de massa que os sindicatos e a estrutura paralela permitiam, e, de outro, à radicalização daquela política até o ponto da quebra do sistema. Quando a ruptura finalmente ocorreu, ela teve o caráter de um golpe preventivo. A história repetia 1954 como farsa, pois punha em marcha o golpe preparado desde então, usando o pretexto de um perigo revolucionário que, de fato, não existia. Porém, é em 1953 que encontramos as origens de uma tendência que perdurou até a véspera do golpe de 1964; qual seja, a de reforçar o populismo, por meio de uma nova forma de organização do movimento sindical, a partir da base. Esta incluiu a implantação de uma estrutura "paralela" que não rompia com a independência do Estado, mas dava vitalidade maior aos sindicatos oficiais. Por volta de 1964, porém, esta organização revelou a sua insuficiência, de forma particular a sua ausência de vínculos orgânicos reais com as bases.

Após a morte de Vargas, a classe trabalhadora tinha sido levada, pela esquerda, à aliança com os herdeiros do velho ditador. Ao invés de tirar vantagem da situação criada pelos eventos da greve

de 1953, e a conseqüente criação de elementos da estrutura paralela — que poderia ter sido o embrião de um movimento operário substancialmente diverso, organizado pela base — os comunistas mantiveram, nos anos seguintes, um programa que teve como resultado a subordinação da classe trabalhadora ao Estado. Segundo Weffort, “a dinâmica deste processo de formação e ruptura é a mesma: um governo populista, neste caso o de Vargas, facilita em seu próprio interesse a organização do movimento operário; os grupos de esquerda aderem, anexando um esquema de organizações paralelas aos mecanismos institucionais da estrutura sindical oficial dos quais passam a depender; numa conjuntura de repressão, todo o movimento sindical vem abaixo e a estrutura sindical, agora privada das organizações paralelas e dos grupos de esquerda que lhe davam vigor, volta à sua condição institucional de organização subsidiária do Estado com suas atividades eminentemente assistenciais e administrativas.”*

Tal política baseava-se na convicção dos comunistas, nos anos 50 e início dos 60, de que através da aliança com os líderes populistas poderiam chegar ao governo, senão ao poder. Interessante para a análise, entretanto, é o fato de que uma conjuntura específica, na qual o PC se posicionava contra Vargas e, portanto, se distanciava do bloco no poder, acabou sendo o ponto de partida para um grande movimento de manifestação de interesses da classe trabalhadora.

O desenvolvimento da greve mostrou que podemos distinguir nela duas tendências, verificadas durante os acontecimentos de 1953:

1. Uma tendência espontânea à *radicalização do conflito*. Esta tendência parece ter emergido sem o concurso de nenhuma liderança definida. A meu ver, ela expressou o desejo da classe trabalhadora de ir mais adiante no processo de luta política. Não encontro outra explicação para esta tendência, a não ser a irrupção da consciência de seus interesses, como foi o caso da Greve dos 300 Mil em São Paulo. O processo de irrupção da consciência de classe, neste caso, mostra que ele não pode ser visto separadamente do desenvolvimento da luta política.
2. A segunda tendência está relacionada com o papel do partido político nessa conjuntura. A tendência manifestada pelo PC foi

(*) Conforme Weffort, “Movimiento Obrero...”, *op. cit.*, p. 16.

extremamente ambígua, de *estimular* e, ao mesmo tempo, *controlar a classe trabalhadora*. O fator de estímulo pode ser encontrado na prática de organização da classe, um dos pilares do movimento. Até certo ponto, pode-se dizer que o partido possibilitou que a classe se manifestasse, uma vez que adotou a greve como um meio de ação coletiva. Mas, por outro lado, é preciso reconhecer que o partido controlou a classe, na medida em que as tendências mais radicais entre os trabalhadores foram, por assim dizer, canalizadas por ele para dentro de certos limites. A meu ver, esta tendência se manifestou, por exemplo, na política de negociações com o Estado e com os empresários adotada pelos líderes comunistas precisamente no momento em que as tendências espontâneas da classe começavam a se manifestar em termos mais radicais, na forma de manifestações públicas e de conflito aberto com as forças repressoras. Talvez se pudesse sustentar a hipótese de que, nas condições da época, marcadas profundamente pela crise política e, ao mesmo tempo, pela emergência do movimento operário, havia possibilidades de se definir uma política clara de organização *autônoma, em relação ao Estado*, da classe trabalhadora. Essa possibilidade tinha estado latente nas próprias tendências mais espontâneas de mobilização da classe. Entretanto, isso não aconteceu e, nos anos subseqüentes, a política do PC ajudou a reforçar a estrutura sindical dependente do Estado.*

Sucintamente, à guisa de conclusão, poder-se-ia dizer que:

1. A greve ocorreu em uma conjuntura de crise e, dessa forma, permitiu lançar a classe operária de São Paulo a uma experiência profunda de ação em defesa de seus interesses econômicos.
2. É muito importante observar que, em uma conjuntura que marcou o início de suas tentativas de penetrar na *estrutura sindical oficial*, o PC tenha estimulado a greve como ação de defesa dos interesses econômicos da classe quando, pouco antes, na conjuntura de 1945-46, desaconselhara a classe operária a fazer greves, recomendando a “política de apertar os cinturões”, como requisito de sua estratégia de colaboração de classes.

(*) Ver, adiante, a Parte II deste livro, onde estas questões estão mais desenvolvidas.

3. A greve foi pontilhada de ações espontâneas da parte de setores da massa, o que demonstra a sua disposição de levar o conflito adiante. A direção do movimento, em mãos das lideranças do PC, decidiu-se pelo acordo. Este deu uma vitória parcial à classe operária, mas limitou as próprias expectativas projetadas pelos líderes do movimento em seu início.

4. Finalmente, cabe lembrar que a Comissão Intersindical de Greve que, como se sabe, mais tarde se transformaria no PUI, significou, praticamente, o nascimento da *estrutura sindical paralela* que vigorará durante todo o período populista, desempenhando uma dupla função: a) de um lado, estimulando o funcionamento da própria estrutura sindical oficial, ligada ao Estado e b) de outro lado, dando vida, por assim dizer, ao pacto populista celebrado entre a esquerda e os herdeiros de Vargas. A greve de 1953 que, em grande parte, revelara a *tendência da classe operária de ir à ação*, resultava, assim, em uma experiência histórica que servia ao *fortalecimento do populismo, isto é, uma forma específica de política de dominação de classes*.

Capítulo 4

Conclusões: alguns problemas da relação ideologia-partido-classe

I

Uma das preocupações deste ensaio foi fornecer elementos para a discussão de algumas hipóteses teóricas sobre o problema da consciência de classe em países como o Brasil. Na perspectiva adotada neste ensaio, a questão da consciência de classe não é algo que possa ser definido em abstrato. Ao contrário, precisamente porque o movimento operário é um processo, um componente da sociedade capaz de intervir na história, embora dependendo de condições objetivas, estrutural e historicamente (que ele também pode alterar), a consciência de classe é vista aqui como um fenômeno essencialmente dinâmico. Em outras palavras, a consciência de classe é algo que emerge no processo mesmo pelo qual a classe trabalhadora se manifesta na sociedade, questão que supõe a sua organização política. Nas páginas que seguem, algumas linhas de interpretação sobre essa questão são sugeridas à guisa de conclusão.

Como se sabe, é de Marx a distinção entre *classe em si* e *classe para si*. No *Dezetoito Brumário*, ele especifica certas condições sob as quais uma classe em si pode se tornar uma classe para si.⁵⁵ Tais condições, entretanto, nem sempre parecem repetir-se mecanicamente em países capitalistas dependentes como o Brasil; por isto, esta proposição de cunho hegeliano pode ser o ponto de partida para

(55) Marx, K., *O Dezetoito Brumário de Luís Bonaparte*.